

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 6, 7 e 8 de abril de 2024 • Nº 1778 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

RECEITA FEDERAL

Autuações crescem 65% e atingem R\$ 225 bi

As autuações promovidas pela Receita Federal bateram recorde e somaram R\$ 225,5 bilhões em 2023, divulgou nesta sexta-feira o órgão. O valor recorde representa alta de 65% em relação aos R\$ 136,7 bilhões autuados em 2022. Apesar do aumento nas autuações, apenas 5% do va-

lor cobrado entrou nos cofres federais em 2023. Segundo a Receita Federal, isso ocorreu por causa de questionamentos dos contribuintes após a emissão dos autos de infração, tanto na esfera administrativa como em processos judiciais. Do valor de R\$ 225,5 bilhões, informou o Fisco,

R\$ 215,9 bilhões foram autuados de pessoas jurídicas e R\$ 9,6 bilhões de pessoas físicas. O restante refere-se a empresas, principalmente grandes companhias. As empresas de maior porte responderam por 81,3% do total do valor autuado de pessoas jurídicas, R\$ 175,6 bilhões. **PÁGINA 6**

MARÇO

Poupança tem entrada líquida de R\$ 1,3 bilhão

O saldo da aplicação na caderneta de poupança subiu pela primeira vez no ano, com o registro de mais depósitos do que saques em março. As entradas superaram as saídas em R\$ 1,3 bilhão, de acordo com relatório divulgado nesta sexta-feira, em Brasília, pelo Banco Central (BC). No mês passado, foram aplicados R\$ 324,7 bilhões, contra saques de R\$ 323,4 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 4,9 bilhões. Com isso, o saldo da poupança é de R\$ 975,8 bilhões. No mês anterior, fevereiro de 2024, houve saída líquida (mais saques que depósitos) de R\$ 3,8 bilhões, assim como em janeiro (R\$ 20,1 bilhões). O resultado positivo do mês de março passado também contrasta com o verificado em março de 2023, quando os brasileiros sacaram R\$ 6,1 bilhões a mais do que depositaram na poupança. Diante do alto endividamento da população, em 2023 a poupança teve saída líquida de R\$ 87,8 bilhões. **PÁGINA 2**

BANCO CENTRAL

Contas públicas registram déficit de R\$ 48,69 bilhões em fevereiro

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, resultado principalmente do déficit do governo federal, em razão da antecipação do pagamento de precatórios em 2024. O setor público consolidado – formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais – registrou déficit primário de R\$ 48,692 bilhões no mês de fevereiro, ante déficit de R\$ 26,453 bilhões no mesmo mês de

2023. As Estatísticas Fiscais foram divulgadas nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Nos dois primeiros meses do ano, o setor público consolidado registra superávit primário de R\$ 53,455 bilhões. **PÁGINA 2**

CEARÁ

Lula visita obras da Ferrovia Transnordestina



RICARDO STUCKERT/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou, nesta sexta-feira, as obras da Ferrovia Transnordestina, em Iguatu, no Ceará. Ela está com 61% das obras concluídas. Ao discursar, Lula se comprometeu a trabalhar pela conclusão do empreendimento, iniciado em seu primeiro mandato, em 2006, e destacou a sua importância na geração de empre-

gos e barateamento do custo do frete. “Se depender do governo (federal), a gente vai terminar (a obra), porque o governo vai cumprir todos os acordos firmados e não vai permitir que falem os recursos necessários para que a gente possa terminar essa ferrovia”, disse, citando os desafios técnicos e políticos que apareceram no desenrolar das obras. **PÁGINA 6**

FALTA DE PROVAS

Justiça absolve acusados de assassinato de Mãe de Acari

PÁGINA 10

SÃO PAULO

Juiz manda USP matricular aluno barrado em cota racial

PÁGINA 16

MIAMI



REPRODUÇÃO

Apex vai ouvir servidores sobre 'plano golpista' liderado pelo pai de Cid

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) vai ouvir três funcionários do escritório de Miami, nos Estados Unidos, para prestarem esclarecimentos sobre possíveis desvios de conduta praticados pelo general da reserva Mauro Lourenza Cid (foto), chefe do local no governo de Jair Bolsonaro (PL). As oitivas serão realizadas na próxima semana na sede da agência, em Brasília, por uma comissão interna instaurada para apurar as suspeitas sobre Cid, pai do tenente-coronel Mauro Cid, o ex-ajudante de ordens da Presidência. **PÁGINA 15**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,50% / 126.795,41 / -632,12 / Volume: R\$ 21.071.165.396 / Negócios: 3.511.320				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo									
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Ufir		IPCA-15		Dólar Ptax - BC					
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.			
IRBRASIL REON NM	42,35	+13,21	+4,94	PETRORECSA ON NM	21,050	-4,27	-0,940	FII HEDGE DVCI	101,50	-0,34	-0,35	NASDAQ Composite	16.248,52	+1,24		Dow Jones	38.904,04	+0,80		Compra: 5,5358	Venda: 5,7158
VIBRA ON NM	25,40	+1,56	+0,39	MAGAZ LUIZA ON NM	1,71	-3,39	-0,06	ITAUUNIBANCPN EJ N1	32,73	-0,18	-0,06	CAC 40	8.061,31	-1,11		FTSE 100	7.911,16	-0,81		Compra: 5,0520	+0,56%
LWSA ON NM	5,27	+1,35	+0,07	PETZ ON NM	3,95	-2,71	-0,11	VALE ON NM	59,71	-1,09	-0,66	DAX	18.175,04	-1,24		EURO				Compra: 5,0642	Venda: 5,0648
PETROBRAS PN N2	38,10	+0,58	+0,22	REDE D OR ON EJ NM	25,250	-3,18	-0,830	PETROBRAS PN N2	38,10	+0,58	+0,22	Ftse Mib	34.343,61	+0,00		BM&F/grama	R\$ 382,59			Compra: 5,0843	Venda: 5,2643
BRFS ON NM	16,17	+1,25	+0,20	LOJAS RENNERTON NM	16,94	-2,64	-0,46	IRBRASIL REON NM	42,35	+13,21	+4,94				EURO Comercial				Compra: 5,4869	Venda: 5,4875	

MERCADOS



Bolsa cai 0,5% no dia, a 126,79 mil pontos e cede 1,02% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A primeira semana de abril foi de alternância de perdas e ganhos na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em base diária, com a inclinação negativa se impondo ao Ibovespa (Índice Bovespa) no intervalo, em meio a sinais de que os juros tendem a demorar um pouco mais a cair nos Estados Unidos.

Nesta sexta-feira, o Ibovespa oscilou dos 126.394,13 aos 127.432,20 pontos, e fechou em baixa de 0,5%, aos 126.795,41, saindo de abertura aos 127.421,74 pontos. Na quinta-feira, chegou a romper o limiar de 129 mil pontos na máxima do dia, mas com o recuo desta sexta-feira encerra a semana com perda de 1,02% no período, após ganhos de 0,85% e de 0,23% nas semanas anteriores. O giro desta sexta-feira ficou em R\$ 20,7 bilhões, após ter chegado a R\$ 31 bilhões na quinta. No ano, o Ibovespa cai 5,51%.

Em Nova York, os índices de ações também subiram nesta sexta-feira, entre 0,8% (Dow Jones) e 1,24% (Nasdaq), em Nova York.

Na Bovespa, as ações da Petrobras chegaram a se alinhar, em parte da sessão, a novo avanço nos preços do Brent em Londres, com as tensões no Oriente Médio recolocando o barril da referência global de petróleo a US\$ 91. Mas, após oscilarem ao sabor do

noticiário sobre a gestão da empresa, e mostrar alta acima de 1% na PN perto do fechamento, o sinal ao fim foi misto (ON -0,2%, PN +0,58%).

Em relatório divulgado nesta sexta-feira, o Itaú BBA avalia que a demanda fraca no setor imobiliário chinês continua a prejudicar os preços do minério de ferro e do aço. No caso do minério, a commodity atingiu US\$ 98,3 a tonelada nesta sexta-feira, nível 17% inferior ao registrado um mês atrás, destacou o banco. Vale ON fechou nesta sexta em baixa de 1,09% e as perdas no setor metálico chegaram a superar 2% no fechamento, em Usiminas (PNA -2,55%).

Na ponta perdedora do Ibovespa, destaque para PetroReconcavo (-4,27%), Magazine Luiza (-3,39%) e Rede D'Or (-3,18%). No lado oposto, IRB (+13,21%) com elevação de recomendação do Citi, de neutra para compra, à frente de Vibra (+1,56%) e de Locaweb (+1,35%) na sessão.

DÓLAR

Após trocas de sinal pela manhã, o dólar à vista se firmou em alta no início da tarde desta sexta-feira.

Com máxima a R\$ 5,0744, o dólar à vista encerrou a sessão desta sexta-feira, em alta de 0,29%, cotado a R\$ 5,0654.

A moeda termina a primeira semana de abril com ganhos de 1%. No ano, a valorização acumulada é de 4,37%.

BANCO CENTRAL

Contas públicas têm déficit de R\$ 48,7 bi em fevereiro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, resultado principalmente do déficit do governo federal, em razão da antecipação do pagamento de precatórios em 2024. O setor público consolidado - formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais - registrou déficit primário de R\$ 48,692 bilhões no mês de fevereiro, ante déficit de R\$ 26,453 bilhões no mesmo mês de 2023.

As Estatísticas Fiscais foram divulgadas nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Nos dois primeiros meses do ano, o setor público consolidado registra superávit primário de R\$ 53,455 bilhões. Em 12 meses encerrados em fevereiro - as contas acumulam déficit primário de R\$ 268,229 bilhões, o que corresponde a 2,44% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Em 2023, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R\$ 249,124 bilhões, 2,29% do PIB.

ESFERAS DE GOVERNO

Em fevereiro último, a conta do Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) teve déficit primário de R\$ 57,821 bilhões ante resultado negativo de R\$ 39,238 bilhões em fevereiro de 2023. O montante do déficit difere do re-

sultado divulgado pelo Tesouro Nacional, de déficit de R\$ 58,444 bilhões em fevereiro porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Já os governos estaduais registraram superávit no mês de fevereiro de R\$ 7,486 bilhões, ante superávit de R\$ 7,542 bilhões em fevereiro do ano passado. Os governos municipais tiveram resultado positivo de R\$ 1,160 bilhão em fevereiro deste ano. No mesmo mês de 2023, houve superávit de R\$ 4,305 bilhões para esses entes.

No total, os governos regionais - estaduais e municipais - tiveram superávit de R\$ 8,646 bilhões em fevereiro de 2023 contra resultado positivo de R\$ 11,847 bilhões no mesmo mês do ano passado.

As empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletronbras - tiveram superávit primário de R\$ 483 milhões no mês de fevereiro, contra superávit de R\$ 938 milhões no mesmo mês de 2023.

DESPESAS COM JUROS

Os gastos com juros ficaram em R\$ 65,166 bilhões em fevereiro deste ano, um ligeiro aumento em relação aos R\$ 64,153 bilhões registrados em fevereiro de 2023. Já de janeiro para fevereiro de 2024, houve uma redução significativa. No primeiro mês do ano, os gastos com juros foram de R\$ 79,914 bilhões.

De acordo com o BC, não é comum a conta de juros apresentar grandes variações, especialmente negativas, já que os

juros são apropriados por competências, mês a mês. Mas nesse resultado, há os efeitos das operações do Banco Central no mercado de câmbio (swap cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro) que, nesse caso, contribuíram para a piora da conta de juros em janeiro. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita quando há ganhos e como despesa quando há perdas.

No mês de janeiro, a conta de swaps teve perdas de R\$ 10 bilhões, enquanto em fevereiro ficou praticamente estável, com perdas de R\$ 0,4 bilhões. Além disso, o mês de fevereiro é mais curto, com três dias a menos, portanto, menos dias para acumular juros, o que também explica essa redução em relação a janeiro.

O resultado nominal das contas públicas - formado pelo resultado primário e os gastos com juros - aumentou na comparação interanual. Em fevereiro, o déficit nominal ficou em R\$ 113,858 bilhões contra o resultado negativo de R\$ 90,606 bilhões em igual mês de 2023.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público acumula déficit R\$ 1,015 trilhão, ou 9,24% do PIB, o maior déficit nominal para o período de 12 meses desde janeiro de 2021. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

DÍVIDA PÚBLICA

A dívida líquida do setor público - balanço entre o total de

créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 6,693 trilhões em fevereiro, o que corresponde a 60,9% do PIB. Em janeiro, o percentual da dívida líquida em relação ao PIB estava em 60,1% (R\$ 6,565 trilhões).

Em fevereiro deste ano, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 8,301 trilhões ou 75,5%, com aumento em relação ao mês anterior (R\$ 8,210 trilhões ou 75,1% do PIB). Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais.

PRECATÓRIOS

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse nesta sexta-feira, que o déficit primário de fevereiro, de R\$ 48,692 bilhões, representou um aumento de 84% em relação ao resultado do mesmo mês do ano passado. O saldo negativo foi o pior para o mês da série histórica do BC.

Isso se deu, de acordo com o técnico, por causa da antecipação do pagamento de precatórios, que totalizou R\$ 29,4 bilhões.

"No ano, não afetará o resultado. Foi apenas uma antecipação temporal e, olhando o contrafactual, se não tivesse ocorrido, representaria uma redução do déficit ante fevereiro de 2023", disse durante entrevista coletiva realizada neste momento.

"Esta é uma ressalva importante para melhor entendermos os números de fevereiro", acrescentou.

VALORES A RECEBER

Brasileiros ainda não sacaram R\$ 7,79 bi

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os brasileiros ainda não sacaram R\$ 7,79 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro até o fim de fevereiro, divulgou nesta sexta-feira o Banco Central (BC). Até agora, o Sistema de Valores a Receber (SVR) devolveu R\$ 6,23 bilhões, de um total de R\$ 14,02 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras.

As estatísticas do SVR são divulgadas com dois meses de defasagem. Em relação ao número de beneficiários, até o fim de fevereiro, 19.037.033 correntistas haviam resgatado valores. Isso representa apenas 30,19% do total de 63.064.184 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro de 2022.

Entre os que já retiraram valores, 18.044.139 são pessoas físicas e 992.894 são pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 40.853.231 são pessoas físicas e 3.173.920 são pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas que ainda não fizeram o saque têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R\$ 10 concentram 63,48% dos beneficiários. Os valores entre R\$ 10,01 e R\$ 100 correspondem a 25,14% dos correntistas. As quantias entre R\$ 100,01 e R\$ 1 mil representam 9,65% dos clientes. Só 1,72% tem direito a receber mais de R\$ 1 mil.

Depois de ficar fora do ar

por quase um ano, o SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas. Em fevereiro, foram retirados R\$ 215 milhões, queda em relação ao mês anterior, quando tinham sido resgatados R\$ 244 milhões.

MELHORIAS

A atual fase do SVR tem novidades importantes, como impressão de telas e de protocolos de solicitação para compartilhamento no Whatsapp e inclusão de todos os tipos de valores previstos na norma do SVR. Também haverá uma sala de espera virtual, que permite que todos os usuários façam a consulta no mesmo dia, sem a necessidade de um cronograma por ano de nascimento ou de fundação da empresa.

Além dessas melhorias, há a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Assim como nas consultas a pessoas vivas, o sistema informa a instituição responsável pelo valor e a faixa de valor. Também há mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares pedir o resgate de um valor esquecido, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações: como valor, data e CPF de quem fez o pedido.

MAIS DEPÓSITOS

Poupança tem entrada líquida de R\$ 1,3 bilhão em março

ANDREIA VERDÉLIO/AE

O saldo da aplicação na caderneta de poupança subiu pela primeira vez no ano, com o registro de mais depósitos do que saques em março. As entradas superaram as saídas em R\$ 1,3 bilhão, de acordo com relatório divulgado nesta sexta-feira, em Brasília, pelo Banco Central (BC).

No mês passado, foram aplicados R\$ 324,7 bilhões, contra saques de R\$ 323,4 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 4,9 bilhões. Com isso, o saldo da poupança é de R\$ 975,8 bilhões.

No mês anterior, fevereiro de

2024, houve saída líquida (mais saques que depósitos) de R\$ 3,8 bilhões, assim como em janeiro (R\$ 20,1 bilhões). O resultado positivo do mês de março passado também contrasta com o verificado em março de 2023, quando os brasileiros sacaram R\$ 6,1 bilhões a mais do que depositaram na poupança.

Diante do alto endividamento da população, em 2023 a caderneta de poupança teve saída líquida (mais saques que depósitos) de R\$ 87,8 bilhões. O resultado foi menor do que o registrado em 2022, quando a fuga líquida foi recorde, de R\$ 103,24 bilhões, em um cenário de infla-

ção e endividamento altos.

JUROS

Os saques na poupança se dão, também, porque a manutenção da Selic - a taxa básica de juros - em alta estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. De março de 2021 a agosto de 2022, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

Por um ano - de agosto de 2022 a agosto de 2023 - a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete ve-

zes seguidas para segurar a inflação. De lá para cá, entretanto, o comportamento dos preços fez o BC cortar os juros por seis vezes consecutivas, chegando a 10,75% ao ano.

Em 2021, a retirada líquida da poupança chegou a R\$ 35,49 bilhões. Já em 2020, a caderneta tinha registrado captação líquida - mais depósitos que saques - recorde de R\$ 166,31 bilhões. Contribuíram para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia de covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

BLOCOS

Haddad: Acordo entre UE e Mercosul ainda inspira muitos cuidados

EDUARDO LAGUNA E MARIANNA GUALTER/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, que o acordo entre Mercosul e União Europeia ainda inspira "muitos cuidados". Se-

gundo ele, ainda que favoreça a Europa, o acordo comercial não foi fechado pelos europeus por uma questão interna da França.

A França, lembrou Haddad, representa o maior obstáculo ao acordo, sobretudo pela resistência de seus agricultores. As de-

clarações foram dadas durante debate com o professor da Universidade de Columbia Adam Tooze promovido pela Phenomenal World, uma revista digital focada em economia política.

Durante o painel, Haddad voltou a pedir também maior

alinhamento entre as instituições no Brasil, dizendo que gostaria de terminar 2024 com a mesma sensação de bons resultados do ano passado, quando, pontuou, foram aprovadas várias leis importantes para pavimentar a sustentabilidade social, ambiental e econômica do Brasil.

Após traçar tensões na geopolítica, o ministro avaliou que o momento inspira cuidados, mas o médio e longo prazo prometem ser bons ao Brasil.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31/12/2023, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, acrescidas da demonstração do valor adicionado - DVA, a qual consideramos importantes para divulgar o desempenho. **Mensagem da Administração:** Somos apaixonados pelo mundo e acreditamos que o turismo é muito mais do que simplesmente visitar lugares. É uma descoberta! É esse espírito de desbravamento que move o Grupo Iter. Somos uma holding genuinamente brasileira, fundada em 2022, com marcas consolidadas em nosso portfólio, como o Parque Bondinho Pão de Açúcar, no RJ, e o Parque do Caracol, em Canela/RS. Em cada uma de nossas marcas, buscamos oferecer experiências inesquecíveis. É assim que queremos transformar o turismo brasileiro. Para que isso aconteça, nós nos dedicamos a inovar, colaborar e lutar por uma operação cada vez mais eficiente. **Marcas do Grupo:** O Grupo é composto pelas seguintes marcas: Parque Bondinho Pão de Açúcar. Transporta pessoas para um mundo de encantamento, lazer, entretenimento, gerando experiências sustentáveis inesquecíveis e, principalmente, felizes Parque do Caracol. Um presente da Serra Gaúcha, um local de turismo sustentável, com cachoeiras, trilhas e diversas atividades localizadas no município de Canela - Rs. Parque Estadual do Tainhas. Uma Unidade de Conservação situada no Sul do país, entre os municípios de Jaquirana, São Francisco de Paula e Cambará do Sul, uma região de natureza rústica e intocada. C2Rio. Uma das maiores operadoras de turismo receptivo do RJ, com tours em português, inglês e espanhol, para brasileiros e estrangeiros de todas as idades. Destinow: Uma plataforma de distribuição multicanal de experiências com foco no destino de cada passageiro. **Sustentabilidade:** As responsabilidades ambientais, sociais e de governança estão presentes nas nossas ações. Refletindo esse compromisso, somos uma das empresas signatárias do Pacto Global das Nações Unidas no Brasil. Investimos em projetos de reflorestamento e conservação das áreas verdes, neutralização de gases de efeito estufa, educação ambiental e gestão de resíduos em nossas operações. Ações de inclusão também estão na nossa pauta, como a distribuição do "Colar do Girassol", símbolo das deficiências não-visíveis, no Parque Bondinho e também no Parque do Caracol, em Canela-RS. **Comentários de Desempenho consolidado relativos ao ano de 2023:** A Cia. apresentou em 2023 um lucro líquido de R\$ 86.416 mil, um aumento de 112% em comparação ao resultado de 2022. Esse aumento é devido ao maior nº. de visitantes e maior realização de eventos na controlada Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar. A frequência de turistas em 2023 na sua controlada Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar apresentou um aumento de 34,8% em relação ao ano anterior. RJ, 28/03/2024. A Diretoria.

Balço patrimonial					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante		26.004	24.680	293.029	173.103
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.617	21.605	250.928	141.603
Aplicações financeiras	8	-	-	3.089	1.500
Contas a receber	9	-	-	20.185	13.895
Estoques	-	-	-	1.392	1.322
Despesas Antecipadas	10	374	167	1.635	1.333
Impostos a recuperar	11	1.653	1.539	5.680	4.450
Adiantamento a fornecedores	12	350	-	5.422	3.298
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	4.032	3.758
Outros ativos circulantes	-	2.010	1.369	666	1.943
Não Circulante		290.579	129.797	305.367	278.445
Realizável a Longo Prazo		-	-	1.826	-
IR/CSLL Diferidos	13	-	-	1.826	-
Impostos a recuperar	11	999	-	4.085	2.416
Despesas Antecipadas	10	-	-	14.383	14.316
Partes Relacionadas	14	7.905	2.959	-	-
Depósitos judiciais	24	-	-	1.413	1.287
Aplicações financeiras	8	266	-	4.246	8.068
Investimentos	4	269.150	121.729	-	-
Ativo de Direito de Uso	15	3.320	-	3.595	1.632
Imobilizado	17	8.478	5.109	123.947	97.048
Intangível	16	461	-	151.835	153.642
Comodato	-	-	-	36	36
Total do ativo		316.582	154.477	598.396	451.548
Passivo e Patrimônio Líquido		2023	2022	2023	2022
Circulante		22.298	4.775	77.823	124.187
Fornecedores	18	1.023	59	7.108	6.183
Salários e férias a pagar	-	5.774	2.782	11.668	7.070
Impostos a recolher	19	2.434	1.672	6.869	5.106
Empréstimos e Financiamentos	20	1.495	-	9.312	89.887
Debêntures	21	-	-	27.426	8.715
Passivo de arrendamento	15	1.289	-	1.608	717
Dividendos e participações	22	10.000	-	10.000	173
Receita Diferida	23	-	-	275	1.639
Outros passivos circulantes	-	283	262	3.557	4.696
Não Circulante		20.811	2.092	222.891	105.219
Tributos em discussão judicial	-	-	-	735	735
Receita Diferida	23	-	-	-	250
Impostos a recolher	19	-	-	-	106
Passivo de arrendamento	15	2.409	-	2.409	1.211
Empréstimos e Financiamentos	20	5.760	-	29.319	9.093
Debêntures	21	-	-	174.604	87.996
IR/CSLL Diferidos	13	2.092	2.092	2.092	4.615
Provisão encargos acessórios	24	-	-	1.936	63
Provisão para contingências	24	-	-	1.209	1.114
Dividendos e participações	22	10.550	-	10.550	-
Comodato	-	-	-	36	36
Total do passivo		43.109	6.867	300.714	229.406
Patrimônio líquido		273.474	147.610	297.682	222.142
Capital social	-	137.206	47.843	137.206	47.843
Reserva de capital	-	68.148	68.148	68.148	68.148
Reserva legal	-	3.270	5.309	3.270	5.309
Reserva de Lucros	-	63.450	-	63.450	-
Reserva de contingência	-	983	983	983	983
Dividendos Adicionais Propostos	-	416	25.327	416	25.327
Total do patrimônio líquido		273.474	147.610	273.474	147.610
Participação dos não controladores	-	-	-	24.208	74.532
Total do passivo e do patrimônio líquido		316.582	154.477	598.396	451.548

Demonstrações do resultado					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	26	-	-	240.812	146.071
Custo dos serviços prestados	27	-	-	(51.025)	(36.992)
Lucro bruto		-	-	189.787	109.979
Despesas com vendas	29	(1.596)	(8)	(8.344)	(5.397)
Despesas gerais e administrativas	28	(27.188)	(5.874)	(88.365)	(43.748)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	4	4.246	(293)
Resultado de equivalência patrimonial	4	110.326	41.307	-	-
Lucro operacional		81.545	35.425	97.505	60.541
Receitas financeiras	-	6.034	7.373	27.871	21.576
Despesas financeiras	-	(1.164)	(410)	(42.135)	(19.588)
Resultado financeiro		4.870	6.964	(14.264)	1.988
Lucro antes dos impostos		86.416	42.388	83.241	62.529
I.R. e C.S. corrente	31	-	(1.605)	(1.387)	(6.051)
I.R. e C.S. diferido	-	-	-	4.350	(4.167)
Lucro líquido do exercício		86.416	40.783	86.204	52.311
Atribuído aos acionistas da Cia.	-	-	-	86.416	40.783
Participação dos não controladores	-	-	-	(212)	11.528
	-	-	-	86.204	52.311

Demonstrações do resultado abrangente					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	-	86.416	40.783	86.204	52.311
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	1.033
Resultado abrangente total		86.416	40.783	86.204	53.344

Notas explicativas da administração às DFs em 31/12/2023
1.1 Contexto operacional: A Iter Participações S.A. (doravante denominada "ITER" ou "Cia."), sediada na Praia de Botafogo, nº 501, sala 702, Bloco I Botafogo, RJ, Brasil e constituído em 21/09/2021, é uma sociedade anônima de capital fechado. A Cia. tem por objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresariais, como sócia, acionista ou quotista ou sob qualquer outra forma jurídica, podendo ainda representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A Cia. e suas controladas (conjuntamente "Grupo") atuam também nos segmentos de turismo, entretenimento, mídia e tecnologia. A ITER é controladora da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("CCAPA"), que opera o Parque Bondinho Pão de Açúcar, e atua prestando serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia através da subsidiária integral da CCAPA, Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos S.A. ("PATUR"). A Cia. também controla integralmente a Iter Administradora Ltda. ("Iter Adm") e Iter Parques Participações Ltda. ("Iter Participações"). A Iter é controlada pela G3LC Holding S.A conforme demonstrado na nota 25. **Aquisição Grupo TAH:** Em 22/02/2022, a ITER concluiu a aquisição de 49% de participação societária da Travel Activities Holding S.A. ("TAH"), que detém o controle das operações da C2Rio (uma das maiores operadoras receptoras de turismo no RJ), Destinow (marketplace de experiências no local de destino) e Destitech (empresa responsável pelo desenvolvimento de tecnologia do Grupo TAH). Os efeitos da combinação de negócios estão descritos na Nota 5. **Constituição do Consórcio Novo Caracol e Tainhas:** Em 11/10/2022, foi constituída a empresa Novo Caracol e Tainhas S.A. ("NCT"), cujo objeto social é a execução e exploração da concessão de uso de áreas, atrativos e instalações, precedida da realização de investimentos, destinada à requalificação, modernização, operação e manutenção dos Parques estaduais do Caracol e Tainhas (conjuntamente "Parques Caracol e Tainhas"), conforme leilão promovido pelo estado do Rio Grande do Sul. A Iter Parques Caracol ("Parques Caracol") possui 60% do capital da Concessionária NCT e detém o controle das operações. Os impactos desse negócio estão demonstrados na Nota 5. A emissão dessas DFs foi autorizada pela administração da Cia. em 28/03/2024. **1.2 Base de preparação:** As DFs foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas DFs estão sumarizadas na Nota 34. As DFs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de DFs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 2. (a) DFs individuais: As DFs individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as DFs consolidadas. (b) DFs consolidadas: As DFs consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. (c) Demonstração do valor adicionado: A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia.s abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09-"Demonstração do Valor Adicionado". Como consequência, por não ser a ITER uma Cia. aberta, essa demonstração está apresentada como informação complementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Alterações adotadas pela Cia.: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2-Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identifica-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **Alteração ao IAS 8/CPC 23-Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **Alteração ao IAS 12/CPC 32-Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Cia.. **1.4 Consolidação:** A Cia. consolida todas as entidades

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em R\$											
	Capital social	Adto futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de contingências	Dividendos a distribuir	Reserva de Lucros	Total	Total dos não controladores		Total do patrimônio líquido
									2023	2022	
Saldos em 31/12/2021	47.843	-	68.148	-	3.270	983	416	119.432	22.261	32.193	141.693
Aquisição TAH e NCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.193
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	40.783	40.783	-	11.528	52.311
Baixa de adiantamento para futuro aumento capital	-	(4)	-	-	-	-	4	-	-	-	-
Dividendos antecipados 2022	-	-	-	-	-	-	(12.606)	(12.606)	2.394	-	(10.212)
Reserva Legal	-	-	-	2.039	-	-	(2.039)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.033	1.033
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	9.686	(9.686)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostas 2022	-	-	-	-	-	15.225	(15.225)	-	-	3.914	3.914
Destinação reserva de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.211	1.211
Saldos em 31/12/2022	47.843	-	68.148	5.309	983	25.327	-	147.610	74.533	222.143	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	86.416	86.416	-	(212)	86.204
Reserva Legal não constituída 2022	-	-	-	(2.039)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital social	89.363	-	-	-	-	-	-	89.363	(16.209)	-	73.154
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.861	2.861
Dividendos distribuídos 2022	-	-	-	-	-	(26.950)	-	(26.950)	(22.565)	-	(49.515)
Dividendos antecipados 2023	-	-	-	-	-	-	(22.965)	(22.965)	(11.337)	-	(34.302)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	21.604	-	-	-	-	-
Destinação reserva de lucros	-	-	-	-	-	(41.847)	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	137.206	-	68.148	3.270	983	63.866	-	273.472	24.209	297.682	

Demonstrações dos fluxos de caixa					Demonstração do valor adicionado				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	86.416	40.784	86.204	52.311					
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	Receitas	-	-	253.121	154.310
Ajustes por:					Vendas brutas de serviços	-	-	-	4.427
Depreciação e amortização	1.196	190	13.955	6.874	Outras receitas	4	-	-	257.548
Equivalência Patrimonial em Controlada	(110.326)	(41.307)	-	-	Insumos adquiridos de terceiros	-	-	(27.420)	(12.715)
Arrendamentos	(981)	-	(1.893)	614	Custo dos serviços prestados	-	-	(8.344)	(5.463)
Juros arrendamentos	-	-	-	297	Despesas de transporte	(4)	-	(9)	(21)
Amortização de custo de transação de debêntures	-	-	-	1.302	Custos de publicidade	(1.596)	(8)	(3.414)	(2.103)
Ajuste marcação a mercado	-	-	(275)	4.208	Serviços de terceiros	(4.984)	(571)	(17.923)	(11.116)
Provisão de encargos acessórios	-	-	874	-	Outras despesas	(1.305)	(145)	(7.096)	(4.969)
Imposto Diferido	-	-	62	(4.350)	4.227	-	-	(7.889)	(72

ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Consolidado, Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows: Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures for 2023 and 2022.

3.2 Gestão de capital: Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas...

Table showing EBITDA realizado, Dívida Bruta, Caixa, Dívida Líquida, and Covenants for 2023 and 2022.

Table (b) Participação societária nos investimentos with columns: Nome, País, Negócio, Relacionamento, Participação direta nas ações ordinárias %, Participação indireta nas ações ordinárias %.

5 Combinação de negócios: i) Grupo TAH: Em 22/02/2022, a ITER concluiu a aquisição de 49% de participação societária e o controle da Travel Activities Holding S.A. ("TAH")...

Table 6 Instrumentos financeiros por categoria with columns: Categoria, Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 7 Caixa e equivalentes de caixa with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 8 Aplicação Financeira restrita with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 9 Contas a receber with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 10 Despesas Antecipadas with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 11 Despesas Antecipadas with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 12 Custos B3 and BNDDES with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos...

Table 13 Impostos a recuperar with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 14 Impostos Diferidos with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 15 Móveis e Máquinas e Instalações with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 16 Equipamentos de Informática with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 17 Imobilizações em andamento with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 18 Depreciações with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 19 Depreciação acumulada with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 20 Empréstimos with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 21 Empréstimos Bancários with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 22 Empréstimos Bancários with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 23 Empréstimos Bancários with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

passivo em decorrência, substancialmente, das diferenças tributárias da depreciação dos ativos imobilizados e realização de Outras Provisões. Efetuamos revisão das apurações e, tendo em vista o benefício do PERSE, 2º o qual a alíquota do IRPJ e a CSLL estava reduzida a zero no ano-calendário de 2023, essa adição não representará saída de caixa para pagamento de IRPJ ou CSLL...

Table 24 Partes relacionadas with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 25 Passivos de arrendamentos with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 26 Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 27 Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras) with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 28 Saldos em 31/12/2022 with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 29 Saldos em 31/12/2022 with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 30 Saldos em 31/12/2022 with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

Table 31 Saldos em 31/12/2022 with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

empréstimos e os derivativos configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida pré-fixada em Reais. ii) CCAPA: A controlada CCAPA possui dois contratos de empréstimos relativos à Resolução 4.131 vigentes com o Itaú Unibanco, com vencimentos em 2025 e 2028 e taxas pré-fixadas em EUR + 1,5956% a.a. e EUR + 6,339% a.a., respectivamente...

Table 32 Empréstimos Bancários with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022.

ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.550, com vencimentos em 20/12/2024 e 19/12/2025 e corrigidos pela variação do IPCA. O total do investimento da ITER na CCAPA em novembro de 2023 era R\$ 154.582 (investimento - 75% de participação) e R\$ 93.948 (resultado acumulado - 75% de participação). Em dezembro de 2023 houve a seguinte movimentação no saldo de investimentos da CCAPA: Investimento em nov/23: R\$ 154.582; Aquisição de participação: R\$ 40.550. Resultado dez/23 (100%): R\$ 17.035. Outros resultados abrangentes: R\$ 24. TOTAL R\$ 212.192. Ganho na aquisição de participação (resultado) R\$ 10.977; TOTAL Investimento (100% CCAPA) R\$ 223.170; TOTAL participação resultante em dez/23 R\$ 121.960 (valor de equivalência patrimonial da CCAPA na ITER

	Consolidado	
	2023	2022
Circulante	275	1.639
Não Circulante	-	250
	275	1.889

Em março de 2022, foi firmado contrato de patrocínio no valor de R\$ 2.000, com vigência de 24 meses, sendo que 40% do valor foi pago em favor da Cia. e 60% em favor da PATUR. A receita está sendo apropriada ao resultado em base linear pelo prazo do contrato, que se encerra em fevereiro de 2024. Também são contabilizados nesse grupo valores de bilhetes/passagens vendidos e ainda não utilizados. **24 Provisão para contingências e depósitos judiciais:** Provisão para contingências: O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e através de experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as ações cujas probabilidades de perda foram consideradas prováveis. Os valores apresentados a seguir estão líquidos dos depósitos judiciais correspondentes:

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhistas	917	841
Tributárias	563	546
Cíveis	-	-
(-) Depósitos Judiciais	(271)	(271)
	1.209	1.116

Adicionalmente, há outros processos envolvendo o Grupo, cujas probabilidades de perda foram estimadas pelos assessores legais como possíveis:

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhistas	4.583	4.679
Cíveis	51.154	5.484
	55.737	10.163

Estes valores não estão provisionados na contabilidade do Grupo em consonância com as normas contábeis vigentes. **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são decorrentes de interposição de recursos, realizados em juízo pela Cia., conforme demonstração abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos judiciais	-	-	1.413	1.287
	-	-	1.413	1.287

25 Patrimônio Líquido: (a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2022 era de R\$ 47.843 representado por ações ordinárias e ações preferenciais, todas nominalistas e sem valor nominal. Em 14/04/2023 houve o aumento de capital por acionista minoritária no montante de R\$ 69.363. Em 31/12/2023, o capital social e o quadro acionário da Cia. estavam representados conforme abaixo:

	Controladora	
	2023	2022
Em milhares de Reais		
Capital Social	137.206	47.843
Em quantias ações		
Ações ordinárias	52.066.350	47.727.487
Total ações	52.066.350	47.727.487

Participação Acionária
G3LC Holding S.A. 81,19% 89,06%
Acionistas Minoritários 18,81% 10,94%
Total Participação Acionária 100,00% 100,00%

(b) Reserva Legal: Trata-se de reserva estatutária composta da retenção de 5% do lucro líquido do exercício, com valor máximo estabelecido de 20% do capital social e, máximo de 30% das reservas de capital. **(c) Reserva de Contingência:** Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidade de absorver os impactos financeiros negativos decorrentes de processos judiciais em que a Cia. figure como ré. **(d) Reserva de Investimentos:** Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidade de viabilizar os investimentos para renovação do Parque. **(e) Dividendos:** Estatutariamente, a Cia. deve destinar como dividendos mínimos 25% do lucro líquido, ainda que seja na forma de JSCP. Estes dividendos mínimos são transferidos para o passivo. Adicionalmente, é possível destinar resultado superior aos 25%, que permanecem registrados no patrimônio líquido até que sejam aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

	2023
Lucro líquido do exercício	66.416
Reserva Legal (i)	5%
Lucro líquido ajustado	86.416
Dividendo mínimo obrigatório	(21.604)
Lucro retido a distribuir	64.812
Antecipação de dividendos	25%
Saldo não distribuído 2022	(22.965)
Saldo de lucro a destinar	416
(i) Conforme art. 193 da Lei 6.404, a Cia. poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Visto que a Cia. está enquadrada nesse cenário, não foi constituída reserva legal para o ano de 2023. 26 Receita operacional líquida: A reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentadas nas demonstrações do resultado é a seguinte:	

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita Operacional Bruta				
Receita com prestação de serviço	-	-	255.276	154.310
Deduções				
Imposto sobre Prestações de Serviços	-	-	(14.464)	(8.239)
Receita operacional líquida			240.812	146.071

27 Custo dos serviços prestados: O aumento dos custos de serviços prestados consolidado de 2022 para 2023 está relacionado com o incremento e nos gastos de utilidades e serviços, em virtude principalmente do aumento da visitação aos parques.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos com pessoal	-	-	20.291	19.278
Custos de serviços prestados	-	-	20.865	7.115
Custos de depreciação e amortização	-	-	3.303	4.246
Custos gerais e administrativos	-	-	4.860	939
Custos com utilidades e serviços	-	-	-	3.345
Custos com impostos e taxas	-	-	1.706	1.169
	-	-	51.025	36.092

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
28 Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	18.971	4.662	50.762	23.862
Despesas de serviços prestados	5.458	569	19.083	8.830
Despesas com perdas de clientes	-	-	765	-
Despesas de depreciação e amortização	1.196	190	10.651	2.627
Despesas gerais e administrativas	1.431	77	6.255	4.392
Despesas com utilidades e serviços	-	-	70	3.298
Despesas com impostos, multas e taxas	132	306	849	739
	27.188	5.874	88.365	43.748

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
29 Despesas com vendas				
Despesas com propaganda e marketing	1.470	8	8.218	4.690
Outras despesas com vendas	126	-	126	707
	1.596	8	8.344	5.397

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
30 Receitas e despesas financeiras				
Resultado Financeiro				
Receitas Financeiras				
Juros Recebidos	956	249	1.562	367
Variação cambial	-	-	4	1
Descontos recebidos	-	-	6	2
Rendimentos de aplicação financeira	5.078	7.123	26.300	21.205
	6.034	7.373	27.871	21.576
Despesas Financeiras				
Pls sobre receita financeira	(40)	(52)	(232)	(144)
Cofins sobre receita financeira	(244)	(319)	(1.312)	(552)
Tarifa bancária	(79)	(5)	(604)	(175)
Juros fornecedores	(16)	-	(120)	(22)
Juros sobre pagamento de impostos	(0)	(2)	(228)	(57)
Juros sobre debêntures	-	-	(33.023)	(13.562)
Juros sobre arrendamento	(471)	-	(453)	(297)
Juros sobre empréstimos	(277)	-	(3.118)	(3.035)
Juros s/ mutuo	-	-	(1.259)	-
Custo de transação sobre debêntures	-	-	(1.301)	-
Despesa variação cambial	(37)	-	(205)	(607)
Despesa c/Aplicação Financeira	-	(30)	(0)	(431)
IRRF sobre empréstimos	-	-	(12)	(97)
Descontos concedidos	-	-	(267)	(409)
	(1.164)	(409)	(42.135)	(19.589)
Resultado Financeiro	4.870	6.963	(14.264)	1.988

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
31 Despesa de I.R. e C.S.				
Lucro antes do IRPJ e CSLL	86.416	42.388	83.241	62.529
Líquido de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL	86.416	42.388	83.241	62.529
Despesas não dedutíveis	-	-	4.629	(2.499)
Exclusões à base de cálculo	-	-	(11)	(2.733)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(110.326)	(44.279)	-	-
Lucro Tributável	(23.910)	(1.891)	87.859	57.297
IRPJ-Corrente	-	(1.177)	(1.001)	(3.284)
CSLL-Corrente	-	(428)	(385)	(2.767)
Impostos Diferidos	-	-	4.350	(4.167)
Total dos impostos sobre o lucro	-	(1.605)	2.963	(10.218)
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	0,00%	3,79%	-3,56%	16,34%

32 Seguros: A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. Em 31/12/2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 75.000 de limite máximo de garantia para danos materiais, alagamentos e inundações, tremor de terra, maremoto e terremoto, além de lucros cessantes. Para a apólice de responsabilidade civil, os valores são de R\$ 20.000, enquanto a cobertura de seguro D&O (responsabilidade civil de administradores e diretores) possui limite máximo de garantia de R\$ 30.000. Para a apólice de cobertura de riscos ambientais o limite máximo de garantia é de R\$ 15.000 agregado. As apólices contratadas incluem as controladas Novo Caracol e Tainhas, CCAPA e a sua controlada Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos S.A., como cosseguradas. **33 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas DFs estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresen-

tados salvo disposição em contrário. **33.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das DFs consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades na qual a Cia. detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição. De controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **(c) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação reida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **33.2 Conversão de moeda estrangeira:** **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas DFs são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As DFs individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Cia. e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros receitas (despesas), líquidas". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. **33.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **33.4 Ativos financeiros:** 33.4.1 Classificação: O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: Mensurados ao valor justo por meio do resultado. Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. Em 31/12/2023 e 2022, o Grupo não possuía nenhum ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado. **33.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **33.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/perdas e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem. **33.4.4 Impairment:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **33.4.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **33.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. **33.6 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **33.7 Arrendamentos:** O Grupo aluga 2 salas de prédio comercial para a sua área administrativa e câmeras para monitoramento e gestão de segurança patrimonial através do sistema CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dois anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercer a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Cia. utilizou a taxa incremental. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e, quaisquer custos diretos iniciais. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **(f) Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **33.8 Ativos Intangíveis:** **(a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para aloca o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada. **(b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa

não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **(c) Direito de Outorga:** O contrato de concessão obtido pela controlada NCT junto ao Poder Concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da Concessão foi registrado pelo valor pago, sendo a amortização calculada de forma linear pelo prazo do contrato. **(d) Intangível em infraestrutura:** Nos termos do contrato de Concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1)-Contratos de Concessão, a controlada NCT atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre o Poder Concedente e a Cia. não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários. A amortização deste ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão. **33.9 Mobilização:** O mobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

	Anos
Edificações	25-40
Máquinas e Equipamentos	10-20
Veículos	3-5
Móveis e utensílios	5-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **33.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **33.11 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **33.12**

ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das DFs associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no 1º ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o 1º ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as DFs do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as DFs do Grupo.

Sandro Roberto Fernandes - Diretor Presidente; Sergio Luiz Gonçalves Andreoli - Diretor Financeiro; Ariani Rocha Vale - CRC SP – 291274/O-1 - CPF: 338.145.938-47**Relatório do auditor independente sobre as DFs individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas Iler Participações S.A. Opinião Examinamos as DFs individuais da Iler Participações S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as DFs consolidadas da Cia. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. e da Cia. e suas controladas em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 26 e 33.16) Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria A principal fonte de receita da Cia. e suas controladas advém da prestação de serviços de turismo. Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente administração Cia. e das suas controladas para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura do Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações de controle interno da Cia. e suas controladas. Em base amostral, verificamos os tickets emitidos ao longo do exercício, respectivas emissões de notas fiscais e cões com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2023 e início de 2024 e testamos, em base amostral, o reconhecimento das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captação da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossa avaliação sobre esse assunto é a seguinte: Os procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia utilizada e as divulgações feitas são consistentes com os dados e informações obtidas ao longo dos nossos trabalhos.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia. e apresentadas como informação complementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as DFs e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09—"Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes. 2º os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às DFs individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as DFs e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das DFs, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas DFs individuais e consolidadas:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas, em seu conjunto, em sua continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 28/03/2024. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5; Cären Henriete Macchini - Contadora - CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Economia**FERROVIA**

Lula cita importância da Transnordestina para economia do País

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou, nesta sexta-feira, as obras da Ferrovia Transnordestina, em Iguatu, no Ceará. Ela está com 61% das obras concluídas. Ao discursar, Lula se comprometeu a trabalhar pela conclusão do empreendimento, iniciado em seu primeiro mandato, em 2006, e destacou a sua importância na geração de empregos e barateamento do custo do frete.

"Se depender do governo (federal), a gente vai terminar (a obra), porque o governo vai cumprir todos os acordos firmados e não vai permitir que faltem os recursos necessários para que a gente possa terminar essa ferrovia", disse, citando os desafios técnicos e políticos que apareceram no desenrolar das obras.

"Essa ferrovia é importante não só porque ela gera empregos, não só porque ela barateia o transporte, não só porque ela facilita a vida de dois estados e de milhões de pessoas. Ela é importante porque o Brasil se transformou num país rodoviário e um país para ser mais produtivo, um país para ser mais leal ao seu povo, ele não pode abandonar a ferrovia para fazer rodovia, não."

Ele tem que ter rodovia de qualidade, tem que ter ferrovia de qualidade, tem que ter hidrovia de qualidade, porque nós precisamos ter um sistema intermodal de transporte para utilizar todo o potencial para transportar gente, cargas e para baratear as coisas para o nosso povo", acrescentou o presidente.

PREVISÃO

A empresa privada Transnordestina Logística S/A (TLSA), do Grupo CSN, é a responsável pela construção e operação da ferrovia e prevê que ela seja entregue até o primeiro trimestre de 2027.

A Ferrovia Transnordestina - com 1.206 quilômetros - ligará o sertão do Piauí, a partir da cidade de Eliseu Martins, ao porto de Pecém, no Ceará, passando por 53 cidades. O empreendimento é estratégico para o transporte de grãos,

minérios, fertilizantes e combustíveis e deverá atuar com três terminais de carga no Ceará.

A infraestrutura logística atenderá, entre outros, o escoamento de grãos da região do Matopiba, formada pelo estado do Tocantins e partes do Maranhão, Piauí e Bahia, reduzindo o custo e dando mais competitividade à produção brasileira no mercado externo.

A Transnordestina é um dos projetos prioritários do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e recebeu, em 2023, investimento de R\$ 269 milhões. O empreendimento gera 3,8 mil empregos diretos e indiretos, sendo mais de 90% de mão de obra local.

SEGURANÇA HÍDRICA

Durante o evento em Iguatu, o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, assinou a ordem de serviços para as obras do Ramal do Salgado, ligado à transposição do Rio São Francisco. A obra de 36 quilômetros vai conectar Cachoeira dos Índios, na Paraíba, a Lavras de Mangabeira, no Ceará, e deve beneficiar a população e uma região frequentemente atingida por períodos de seca.

O empreendimento também atenderá a região metropolitana de Fortaleza, maior centro urbano a ser beneficiado pelo Projeto da Transposição, e permitirá o abastecimento de cidades cearenses de médio porte, como Lavras da Mangabeira, Aurora, Cedro e Icó.

A construção do Ramal do Salgado reduzirá o percurso em cerca de 100 quilômetros para a adução da água do Rio São Francisco ao Açude Castanhão, por meio dos rios Salgado e Jaguaribe. Atualmente, a transferência emergencial das águas do São Francisco para o açude ocorre por meio do Cinturão das Águas (CAC), a partir da transposição na barragem de Jati.

Maior reservatório de água doce do Ceará, é a partir do Castanhão que a região metropolitana de Fortaleza é abastecida.

2023

Autuações da Receita crescem 65% e atingem R\$ 225 bilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As autuações promovidas pela Receita Federal bateram recorde e somaram R\$ 225,5 bilhões em 2023, divulgou nesta sexta-feira o órgão. O valor recorde representa alta de 65% em relação aos R\$ 136,7 bilhões autuados em 2022. Apesar do aumento nas autuações, apenas 5% do valor cobrado entrou nos cofres federais em 2023. Segundo a Receita Federal, isso ocorreu por causa de questionamentos dos contribuintes após a emissão dos autos de infração, tanto na esfera administrativa como em processos judiciais.

Do valor de R\$ 225,5 bilhões, informou o Fisco, R\$ 215,9 bilhões foram autuados de pessoas jurídicas e R\$ 9,6 bilhões de pessoas físicas. O restante refere-se a empresas, principalmente grandes companhias. As empresas de maior porte responderam por 81,3% do total do valor autuado de pessoas jurídicas, R\$ 175,6 bilhões.

No ano passado, a Receita monitorou 8.596 empresas de forma diferenciada. Essas companhias representam apenas 0,04% das empresas formais no país, mas respondem por 61% da arrecadação administrada pela Receita Federal. Segundo o

relatório, o monitoramento específico resultou em R\$ 27 bilhões em créditos tributários (valores a serem recebidos pelo Fisco) por meio de empresas que autorregularizaram a situação e evitaram sanções ou processos na Justiça. Desse total, foram pagos ou parcelados R\$ 5,6 bilhões.

PLANEJAMENTO

Além de apresentar os resultados de 2023, a Receita divulgou o planejamento da fiscalização para 2024. As ações de fiscalização se concentrarão em ajudas indevidas concedidas a empresas do setor de eventos por meio do Programa Perse, com as fiscalizações de uso da ajuda financeira de incentivos estaduais para obter desconto no Imposto de Renda e no mecanismo aprovado no fim do ano passado para coibir abusos na dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Em relação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), a subsecretária de Fiscalização da Receita, Andrea Costa Chaves, disse que o órgão pretende ampliar em 2024 as notificações por uso irregular da ajuda, concedida a empresas afetadas pela pandemia. No ano passado, informou a subsecretária "um número

muito pequeno" de contribuintes foi notificado, dos quais a metade regularizou a situação voluntariamente. Ela não revelou a quantidade de notificações para o Perse.

Em relação ao JCP, o Fisco pretende concentrar a fiscalização em grandes empresas que usavam o mecanismo, que permite registrar a distribuição de lucros aos acionistas como despesa. Isso na prática reduz o lucro e o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e tem sido usado por grandes empresas como ferramenta de planejamento tributário, para pagar menos tributos.

Em relação à dedução do IRPJ e da CSLL de ajudas estaduais a empresas, a Receita informou ter notificado 562 empresas por suspeita de irregularidade. No ano passado, o Congresso aprovou uma lei que restringe a utilização das subvenções (ajuda financeira) do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado por estados a investimentos. As empresas podem deduzir do IRPJ e da CSLL a ajuda do ICMS usada para investir (comprar máquinas, equipamentos e fazer obras), mas não para gastos correntes.

A lei aprovada pelo Congresso estabeleceu uma renegociação especial para as empresas que utilizaram o benefício indevidamente e acumulam um passivo de cerca de R\$ 90 bilhões. Nesta semana, a Receita publicou a instrução normativa do programa de renegociação, que concederá até 80% de desconto na dívida. O prazo de adesão começa em 10 de abril.

REFORÇO

O reforço na fiscalização da Receita faz parte da estratégia do governo para elevar a arrecadação e cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas neste ano, com tolerância de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar do compromisso, a Receita Federal informou que não trabalha com metas de lançamento de autos de infração, apenas com a definição dos temas prioritários de fiscalização a cada ano.

A subsecretária de Fiscalização da Receita admitiu que a greve dos auditores fiscais, no fim do ano passado e no início deste ano, impactou o número de autuações. Ela, no entanto, afirmou que justamente a definição de estratégias de fiscalização ajudou a garantir o recorde de autuações no ano passado.

ABSOLAR

Energia solar no Brasil chega aos 41 gigawatts de potência instalada

DENISE LUNA/AE

O Brasil ganhou mais 4 gigawatts (GW) de energia solar no primeiro trimestre do ano, somando as grandes usinas solares e os sistemas de geração própria de energia em telhados, fachadas e pequenos terrenos, atingindo a marca de 41 gigawatts (GW), informou a Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar). De acordo com a entidade, a energia solar trouxe desde 2012 mais de R\$ 195 bilhões

em novos investimentos, que geraram mais de 1,2 milhão de empregos verdes no País.

Atualmente, a participação da fonte solar equivale a 17,4% da matriz elétrica brasileira.

Somente no segmento de geração centralizada, as grandes usinas solares acabam de atingir 13 GW de potência no País, com cerca de R\$ 56 bilhões em investimentos acumulados e mais de 391 mil empregos verdes gerados.

Pelos cálculos da Absolar, o

setor fotovoltaico já evitou a emissão de 50,1 milhões de toneladas de CO2 na geração de eletricidade.

No segmento de geração distribuída de energia, a fonte solar atingiu 28 GW de potência instalada esta semana.

De acordo com a Absolar, isso equivale a cerca de R\$ 139,2 bilhões em investimentos, R\$ 41,7 bilhões em arrecadação e mais de 841 mil empregos verdes acumulados desde 2012, espalhados pelas cinco regiões

do Brasil.

Para o presidente do Conselho de Administração da Absolar, Ronaldo Koloszuk, a ascensão brasileira na transição energética global é calcada majoritariamente pela expansão da geração solar fotovoltaica. "O ganho de escala, o aumento da eficiência e a evolução tecnológica de ponta fazem da energia solar um dos principais vetores da transformação sustentável no Brasil e no mundo", afirmou, em nota.

Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE

CNPJ/MF nº 05.494.917/0001-03

Balço Patrimonial – 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	641	73	Contas a pagar	5.183	1
Contas a receber	4.331	–	Impostos e contribuições a recolher	24	18
Dividendos a receber	36.649	37.468	Dividendos a pagar	37.188	25.928
Impostos a recuperar	158	124	Total do passivo circulante	42.395	25.947
Total do ativo circulante	41.779	37.665	Patrimônio líquido		
Não circulante			Capital social	62.641	94.886
Investimento	326.321	337.292	Reservas de lucros	120.646	108.773
Total do ativo não circulante	326.321	337.292	Ajustes de avaliação patrimonial	142.418	145.351
Total do Ativo	368.100	374.957	Total do patrimônio líquido	325.705	349.010
			Total do passivo e do patrimônio líquido	368.100	374.957

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Receitas (despesas) operacionais	2023	2022	Despesas financeiras	2023	2022
Gerais e administrativas	(48)	(36)		(18)	(42)
Resultado com equivalência patrimonial	131.465	114.272	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	174	135
Resultado financeiro	131.417	114.236			
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	131.417	114.236	Imposto de renda e contribuição social	(21)	(16)
Resultado financeiro	192	177	Corrente	(21)	(16)
Receitas financeiras	192	177	Lucro líquido do exercício	131.570	114.355

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Realização da avaliação patrimonial	96.625	19.325	110.485	149.323	3.972	375.758
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	–	(290)	290	–	–	–
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	–	–	–	–	(11.310)	(11.310)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	114.354	114.354
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(17.278)	(17.278)
Reserva de dividendos complementares	–	–	89.738	–	(89.738)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	94.886	19.035	89.738	145.351	–	349.010
Realização da avaliação patrimonial	–	–	2.933	(2.933)	–	–
Reversão da reserva legal	–	(6.507)	6.507	–	–	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	(32.245)	–	–	–	–	(32.245)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	131.569	131.569
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(32.892)	(32.892)
Reserva de dividendos complementares	–	–	98.677	–	(98.677)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	62.641	12.528	108.118	142.418	–	325.705

Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Lucro líquido do exercício	2023	2022
Outros resultados abrangentes	131.570	114.355
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	131.570	114.355

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro líquido do exercício	131.570	114.355
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa	–	–
Resultado de equivalência patrimonial (Aumento) redução nos ativos operacionais	(131.465)	(114.272)
Impostos a recuperar	(4.331)	(36)
Redução nos passivos operacionais	(34)	(36)
Contas a pagar	8	(7)
Impostos e contribuições a recolher	6	15
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.246)	55

Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	2023	2022
Aumento de capital em empresas investidas	128.458	162.091
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	143.254	163.541

Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	2023	2022
Dividendos pagos	(27.071)	(1.739)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(111.369)	(165.971)

Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	568	(4.114)
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	73	4.187
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	568	(4.114)

Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC 1SP 217.225/O-5		
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor – CPF: 861.403.379-68		
Fernando Mano da Silva – Diretor – CPF: 690.436.121-20		

As Demonstrações Financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia

Serra Negra Energética S.A.

CNPJ/MF nº 07.470.931/0001-00

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	282	35	Contas a pagar	1.508	544
Contas a receber	6.769	6.899	Impostos e contribuições a recolher	754	281
Estoque	988	1.005	Dividendos a pagar	6.877	14.515
Impostos a recuperar	1.762	969	Arrendamento	59	76
Despesas antecipadas	112	144	Outros	–	175
Outros	–	17	Total do passivo circulante	9.198	15.591
Total do ativo circulante	9.913	9.069	Não circulante		
Não circulante			Arrendamento	8	82
Imobilizado	57.778	61.117	Total do passivo não circulante	8	82
Arrendamento	54	135	Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante	57.832	61.252	Capital social	3.670	3.670
Total do Ativo	67.745	70.321	Reservas de lucros	23.280	18.702
			Ajustes de avaliação patrimonial	31.589	32.276
			Total do patrimônio líquido	58.539	54.648
			Total do passivo e do patrimônio líquido	67.745	70.321

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Receita operacional líquida	2023	2022	Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	2023	2022
Custo de geração de energia	44.275	36.046	Resultado financeiro	212	279
Lucro bruto	(10.176)	(11.796)	Receitas financeiras	(168)	(64)
Receitas (despesas) operacionais	34.099	24.250	Despesas financeiras	44	215
Gerais e administrativas	(3.268)	(432)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.799	24.241
Outras receitas (despesas) operacionais	(76)	208			
Resultado financeiro	(3.344)	(224)			
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	(3.344)	(224)			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Realização da avaliação patrimonial	3.670	734	26.540	33.117	–	64.061
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	–	–	(26.539)	–	–	(26.540)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	22.837	22.837
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(5.710)	(5.710)
Reserva de dividendos complementares	–	–	17.968	–	(17.968)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.670	734	17.968	32.276	–	54.648
Realização da avaliação patrimonial	–	–	687	(687)	–	–
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	–	–	(17.968)	–	–	(17.968)
Declaração de dividendos intermediários ocorrida no exercício	–	–	–	–	(2.120)	(2.120)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	29.145	29.145
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(5.166)	(5.166)
Reserva de dividendos complementares	–	–	21.859	–	(21.859)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.670	734	22.546	31.589	–	58.539

Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Lucro líquido do exercício	2023	2022
Outros resultados abrangentes	29.145	22.837
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	29.145	22.837

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro líquido do exercício	29.145	22.837
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa	–	–
Depreciação do ativo imobilizado	3.543	3.207
Depreciação de arrendamento	81	76
Juros de arrendamento	9	15
Baixa de ativo imobilizado	49	40
(Aumento) redução nos ativos operacionais	–	–
Contas a receber	130	11.208
Estoques	17	(49)
Impostos a recuperar	(793)	(111)
Despesas antecipadas	32	(49)
Outros	17	(17)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	964	143

Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	2023	2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	33.492	37.001
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(253)	(79)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento	2023	2022

Aviva Ambiental S.A.

CNPJ nº 28.799.267/0001-00 - NIRE 35.300.509.277

Retificação da Ata da ARCA realizada em 19/02/2024, às 09 hrs Na publicação da Ata de ARCA realizada em 19/02/2024 às 09 hrs, publicada neste jornal, no dia 02/03/2024, no item a, da ARCA, acrescente-se: registrada na JUCESP sob o número 090.802/24-0.

Aviva Ambiental S.A.

CNPJ nº 28.799.267/0001-00 - NIRE 35.300.509.277

Retificação da Ata da AGE realizada em 19/02/2024, às 10 hrs Na publicação da Ata de AGE realizada em 19/02/2024 às 10 hrs, publicada neste jornal, no dia 02/03/04, no item a, da AGE, acrescente-se: registrada na JUCESP sob o número 090.802/24-0.

COOPERATIVA BARRA TAXI,

CNPJ/MF N.º 21.331.941/0001-88, NIRE 33.4.0005347-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa Barra Taxi no exercício de suas atribuições, na forma da Lei 5.764/71 e do seu Estatuto Social, convoca seus associados em dia com as suas obrigações sociais e estatutárias, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 17 de abril de 2024, na Estrada de Jacarepaguá, n.º 6508, cobertura, nesta cidade, em primeira convocação às 08:00 horas, com a presença de 2/3 dos associados, em segunda convocação às 09:00 horas, com presença de metade mais um dos seus associados e em terceira e última convocação às 10:00 horas, com a presença mínima de dez associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) Relatório de gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstrativo das sobras e perdas apuradas e parecer do conselho fiscal. II - Destinação das sobras ou rateios das perdas apuradas; III - Eleição dos membros do Conselho Fiscal, IV - Eleição dos membros do Conselho de Ética e Disciplina. As inscrições dos candidatos para o Conselho Fiscal (CF), Conselho de Ética e Disciplina (CED) se darão entre os dias 08 e 10/04/2024, no horário de 09:00 às 17:00 horas através de aviso a Diretoria, devendo as impugnações serem apresentadas até o dia 11/04/2024 e os seus julgamentos ocorrerem até o dia 12/04/2024. Será concedido o prazo de 15 a 16/04/2024, para o cumprimento das exigências pelos candidatos, sendo vedada a substituição dos candidatos ao CF, do CED. Em caso de não cumpridas às exigências, serão os candidatos considerados inaptos e consequentemente excluídos do processo eleitoral. A urna eleitoral permanecerá aberta durante os trabalhos da Assembleia sendo encerrada a votação juntamente com o seu término. A contagem e a apuração dos votos ocorrerá imediatamente após o encerramento da eleição. Os cooperados que não estiverem rigorosamente em dia com as suas obrigações sociais não poderão votar. O cooperado poderá comprovar ao Presidente da Cooperativa Barra Taxi, o pagamento das referidas obrigações até as 17 horas do dia 16/04/2024. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024. **Anderson Lisboa Araújo** Presidente da Cooperativa Barra Taxi Ltda.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPREGADOS DA

CNC SESC E SENAC ADMINISTRAÇÕES NACIONAIS LTDA.

CNPJ nº 30.304.919/0001-30 - NIRE JUCERJA nº 3340000021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O Diretor Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CNC Sesc e Senac Administrações Nacionais Ltda., no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca seus 12 delegados, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 26 de abril de 2024, a ser realizada de forma remota, com votação à distância, por meio da ferramenta de reunião on-line Teams, cujo link de acesso será disponibilizado por e-mail e WhatsApp. A primeira convocação será às 10 horas com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; a segunda convocação será às 11 horas, com a presença de metade mais um dos delegados; e a terceira convocação às 13 horas, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: I- Prestação de contas do exercício de 2023, compreendendo relatório de gestão, os demonstrativos de sobras e o parecer do conselho fiscal; II- Distribuição das sobras apuradas e rateio; III- Aplicação e uso do Fates; IV- Aprovação do Regulamento da Auditoria Interna; V- Aprovação referente à atualização das políticas: PLD/FT, Política de Ouvidoria, Política de Sucessão, Política de RH, Política de Cibernética, Política de Risco, Política PRSAC (Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática), Política de Crédito, Política Orçamentária, Política de Aquisições e Contratações; VI- Aprovação das políticas: Educação Financeira, Saúde e Segurança Ocupacional, FATES, Política de Eleição, Política de Viagens, Política de Captação de Associados, Política de Treinamento e Desenvolvimento; VII - Assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024. **Antonio Gilmar Martins Viana**

Diário do
Acionista

As publicações legais
de sua empresa com
o melhor preço em
um jornal de qualidade

Tels.:

(21) 99122-4278

(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Pezzi Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.199.579/0001-38

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>				<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>				
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022		
Circulante			Circulante			<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.797	955	Contas a pagar	6.152	14.706	Lucro líquido do exercício	2023	2022
Contas a receber	1.909	1.575	Empréstimos e financiamentos	5.386	5.352		10.944	9.198
Estoques	1.299	1.142	Impostos e contribuições a recolher	419	392	Outros resultados abrangentes		
Impostos a recuperar	49	44	Dividendos a pagar	4.784	2.185	Outros resultados abrangentes líquidos		
Despesas antecipadas	213	223	Arrendamento		73	Total de resultados abrangentes do exercício	10.944	9.198
Outros	1	1	Outras contas a pagar	17	21			
Total do ativo circulante	5.268	3.940	Total do passivo circulante	16.758	22.729			
Não circulante			Não circulante			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	3.825	3.999	Empréstimos e financiamentos	23.278	28.277	<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>		
Imobilizado	117.119	120.853	Provisão para contingência	3	3	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Arrendamento		45	Total do passivo não circulante	23.281	28.280		10.944	9.198
Total do ativo não circulante	120.944	124.897	Patrimônio líquido			Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Total do ativo	126.212	128.837	Capital social	70.612	70.612	Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa		
			Reservas de lucros	15.561	7.216	Depreciação de ativo imobilizado	4.264	3.982
			Total do patrimônio líquido	86.173	77.828	Depreciação de arrendamento	110	83
			Total do passivo e do patrimônio líquido	126.212	128.837	Juros sobre arrendamento		4
						Encargos financeiros, líquidos	2.895	3.247
						(Aumento) redução nos ativos operacionais		
						Contas a receber	(334)	884
						Estoques	(157)	52
						Impostos a recuperar	(4)	105
						Depósitos judiciais		5
						Despesas antecipadas	9	(44)
						Aumento (redução) nos passivos operacionais	(8.554)	13.357
						Contas a pagar		(27)
						Impostos e contribuições a recolher		(439)
						Outras contas a pagar	(4)	2
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.196	30.436
						Fluxo de caixa das atividades de investimento		
						Depósitos restituíveis e valores vinculados	174	62
						Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(530)	(232)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(356)	(170)
						Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
						Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(5.260)	(5.205)
						Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(2.600)	(2.993)
						Pagamento de arrendamento	(138)	(89)
						Redução de capital		(20.642)
						Dividendos pagos		(3.859)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.998)	(32.788)
						Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	842	(2.522)
						Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	955	3.477
						Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	1.797	955
						Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	842	(2.522)
						Informações complementares:		
						Valores pagos de IR:	489	409
						Valores pagos de CS:	301	321

Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP 217.225/O-5
Carlos Gustavo Nogarí Andrioli – Diretor CPF 861.403.379-68
Flavio Martins Ribeiro – Diretor CPF: 035.898.606-00
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ-119.036-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Zona da Mata Geração S.A.

CNPJ/MF nº 04.677.733/0001-16

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>				<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>				
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022		
Circulante			Circulante			<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	3.536	3.117	Contas a pagar	885	870	Lucro líquido do exercício	2023	2022
Contas a receber	3.796	3.997	Impostos e contribuições a recolher	776	705		23.410	106.567
Estoques	1.287	1.343	Dividendos a pagar	7.193	19.242	Outros resultados abrangentes		
Impostos a recuperar	14	10	Arrendamento	133	166	Outros resultados abrangentes líquidos		
Despesas antecipadas	151	184	Outras contas a pagar	3	184	Total de resultados abrangentes do exercício	23.410	106.567
Mútuos a receber			Total do passivo circulante	8.990	21.167			
Total do ativo circulante	8.784	8.651	Não circulante			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Não circulante			Arrendamento	2	151	<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>		
Contas a receber – indenização	79.283	79.283	Total do passivo não circulante	2	151	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Imobilizado	5.004	5.056	Patrimônio líquido				23.410	106.567
Ativo Financeiro	17.907	15.979	Capital social	74.921	14.921	Lucro líquido do exercício		
Intangível	12.214	16.103	Reservas de lucros	39.382	89.090	Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa		
Arrendamento	102	256	Total do patrimônio líquido	114.303	104.011	Depreciação de ativo imobilizado	306	244
Depósitos judiciais	1	1	Total do passivo e do patrimônio líquido	123.295	125.329	Juros sobre arrendamento	18	136
Total do ativo não circulante	114.511	116.678				Depreciação de arrendamento	154	1.585
Total do Ativo	123.295	125.329				Amortização do ativo intangível	1.778-	(49)
						Baixa de ativo imobilizado	8	28
						Baixa de ativo intangível	3.078	4
						Atualização de indenização de ativo financeiro	214	(726)
						Baixa de ativo financeiro por extensão de outorga	(2.853)	
						Contas a receber – indenização		(79.283)
						(Aumento) redução nos ativos operacionais		
						Contas a receber	201	(283)
						Estoques	56	32
						Impostos a recuperar	(4)	4
						Despesas antecipadas	33	(15)
						Aumento (redução) nos passivos operacionais		
						Contas a pagar	15	(492)
						Impostos e contribuições a recolher	(181)	(6)
						Outras contas a pagar	71	9
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	26.304	27.755
						Fluxo de caixa das atividades de investimento		
						Liberção de recursos para partes relacionadas		(10.000)
						Recebimento de principal – operação de mútuo		20.777
						Pagamento de arrendamento – principal	(200)	(142)
						Recebimento de indenização sobre ativo financeiro	711	12.931
						Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(262)	(105)
						Aquisição de bens para o ativo intangível	(967)	(1.033)
						Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(718)	22.428
						Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
						Redução de capital		(30.800)
						Dividendos pagos	(25.167)	(23.359)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de		
						financiamento	(25.167)	(54.159)
						Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e		
						equivalente de caixa	419	(3.976)
						Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.117	7.093
						Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	3.536	3.117
						Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de		
						caixa	419	(3.976)
						Informações complementares:		
						Valores pagos de IR:	538	831
						Valores pagos de CS:	299	489

Resultado financeiro

Receitas financeiras 356 1.262
Despesas financeiras (41) (100)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social **315** **1.162**

Imposto de renda e contribuição social (1.328) (1.402)
Corrente (1.328) (1.402)
Lucro líquido do exercício **23.410** **106.567**

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social **24.738** **107.969**

Imposto de renda e contribuição social (1.328) (1.402)
Corrente (1.328) (1.402)
Lucro líquido do exercício **23.410** **106.567**

Resultado financeiro

Receitas financeiras 356 1.262
Despesas financeiras (41) (100)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social **315** **1.162**

Imposto de renda e contribuição social (1.328) (1.402)
Corrente (1.328) (1.402)
Lucro líquido do exercício **23.410** **106.567**

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social **24.738** **107.969**

Imposto de renda e contribuição social (1.328) (1.402)
Corrente (1.328) (1.402)
Lucro líquido do exercício **23.410** **106.567**

Resultado financeiro

Ceiba Desenvolvimento S.A.

CNPJ nº 47.297.993/0001-79

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente

Balanco Patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
Ativo	Nota	2023	Nota	2023				2023
Circulante			8	(257)	Prejuízo do exercício			(258)
Caixa e equivalentes de caixa	4	160		(5)	Outros resultados abrangentes			-
Impostos a recuperar	1			(262)	Total dos resultados abrangentes do exercício			(258)
Total do ativo		161		5	<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			
Passivo	Nota	2023	9	4	Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Circulante				(258)	Fluxo de caixa das atividades operacionais			2023
Fornecedores e outras obrigações		2			Prejuízo do exercício			(258)
Obrigações fiscais e trabalhistas	5	47			(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
		48			Impostos a recuperar			(1)
Não circulante					Aumento nos passivos operacionais:			
Partes relacionadas passivo	6	205			Fornecedores, Contas a pagar e outras obrigações			2
		205			Obrigações fiscais e trabalhistas			46
Total do passivo		253			Caixa aplicado nas atividades operacionais			(211)
Patrimônio líquido negativo					Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital Social		166			Aumento de capital			166
Prejuízos acumulados		(258)			Empréstimos coligadas			205
Total do patrimônio líquido negativo	7	(92)			Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			371
Total passivo e patrimônio líquido negativo		161			Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos			160
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Aumento de capital	166	-	166
Prejuízo do exercício	-	(258)	(258)
Em 31 de dezembro de 2023	166	(258)	(92)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - Ceiba Desenvolvimento S.A. ("Companhia"), constituída em 26 de julho de 2022, com capital subscrito de R\$ 100,00 (cem reais) e não integralizado durante o ano de 2022, é uma sociedade por ações regida por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e outras disposições legais aplicáveis. A Companhia destaca-se em três principais áreas de atuação, conforme descrito no seu objeto social: Participação em outras empresas do grupo; A Ceiba Desenvolvimento S.A. tem como objetivo estratégico a participação em outras empresas, atuando como sócia ou acionista, tanto no território nacional quanto no exterior. Essa atuação permite à Companhia expandir sua presença no mercado, diversificar seus investimentos e gerar valor através de parcerias estratégicas. Desenvolvimento de projetos na área de energia elétrica: A Companhia é especializada no desenvolvimento de projetos no setor de energia elétrica, englobando atividades como a estruturação formal de projetos, a identificação de locais apropriados para instalação, a avaliação de viabilidade técnica e a obtenção de autorizações necessárias junto aos órgãos competentes. A Ceiba Desenvolvimento S.A. conta com uma equipe técnica qualificada, garantindo excelência e inovação em seus projetos. Execução de atividades vinculadas ao objeto social: Além das áreas primárias de atuação, a Companhia se dedica a outras atividades que estão diretamente ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. Essa abordagem flexível e abrangente permite à Ceiba Desenvolvimento S.A. adaptar-se às dinâmicas de mercado e explorar novas oportunidades de negócios. A Companhia Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é a única sócia da Companhia, evidenciando uma estrutura de propriedade concentrada e focada. A governança corporativa da Ceiba Desenvolvimento S.A. é assegurada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, operando de acordo com as leis aplicáveis. Esta estrutura é projetada para promover uma gestão eficaz, transparência e responsabilidade, alinhando os interesses da Companhia com os de seus stakeholders. Em seu contexto operacional, a Ceiba Desenvolvimento S.A. se posiciona como uma Companhia inovadora e dinâmica no mercado de energia, com um compromisso contínuo com a sustentabilidade e a eficiência. A Companhia mantém um foco estratégico na busca por crescimento sustentável e na criação de valor a longo prazo para seus investidores e para a sociedade como um todo. 1.1 Continuidade Operacional: As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas sob a premissa de que a Companhia continuará suas operações. A Companhia encontra-se em estágio pré operacional, apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 92. Presentemente e conta com o apoio de seu acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de mensuração, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas. Ativos e passivos são ordenados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Não foram apresentados saldos comparativos do período de 17 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022, pois a única transação nesse período foi a subscrição de capital social no valor de R\$ 100,00 (cem reais), o qual não foi integralizado antes de 31 de dezembro de 2022. Portanto, a Companhia não possuía saldos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, tampouco nas demais demonstrações que compõem as demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos críticos: A Companhia entende que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não há estimativas e premissas contábeis críticas. 2.5. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados verificáveis do mercado. Informações sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº8 - Instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - As principais políticas contábeis da Companhia são aplicadas de maneira consistente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os diretores da Companhia consideram que as políticas contábeis descritas abaixo são as mais relevantes para a elaboração de suas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. b) Instrumentos financeiros: b.1) Ativos financeiros: b.1.1) Políticas contábeis: A Companhia possui ativos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar a liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros e estão resumidas a seguir: b.1.2) Classificação: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (por meio do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para os ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. b.1.3) Receita financeira: A receita financeira

é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) Fornecedores: A rubrica registra valores a pagar, com base em faturas recebidas ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente. Eles são, inicialmente, reconhecidos por valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com uso do método da taxa efetiva de juros. 3.1 Novas normas e interpretações: O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às International Financial Reporting Standards (IFRS), tal como emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As emendas das IFRS, conforme NE 3 - Sumário das principais práticas contábeis, estão em linha com as divulgações emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2023. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que entraram em vigor e aqueles que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identifica-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Os normativos que entraram em vigor dentro do exercício de 2023 foram avaliados pela Companhia e não geram impacto de divulgação ou impacto material nas Demonstrações Financeiras. A seguinte alteração de norma, foi emitida pelo IASB, mas não entrou em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Quanto ao normativo que ainda não entrou em vigor, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras e até o momento não foi identificado impactos de divulgação e não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e bancos	2023
Aplicações financeiras de liquidez imediata	124
Total	36

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras foram alocadas em títulos de CDB e Compromissadas indexadas a taxa DI de 11,65% ao ano, ambos no banco Itaú.

5. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

IR sobre folha	2023
INSS sobre folha	9
FGTS	8
Provisão de férias	3
Total	27

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía apenas um funcionário em seu quadro.

6. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	2023
Total	205

Valor referente a empréstimo de Mútuo contratado com empresa do mesmo grupo econômico a Breitner Holding e Participações S.A. para custeio de suas atividades operacionais.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Ceiba Desenvolvimento S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ceiba Desenvolvimento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ceiba Desenvolvimento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras: A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patrício Marques Roche
Contador
CRC 1R081115/O-4

Diário do
Acionista

publicidade@diariodoacionista.com.br

Tels.: (21)

99122-4278

Tels.: (11)

2655-1899

EX-DEPUTADA

TJ mantém condenação de 50 anos de Flordelis

VITOR ABDALA/ABRASIL

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) negou, por unanimidade, recurso de apelação da ex-deputada federal Flordelis e manteve sua condenação a 50 anos de prisão. Ela foi considerada culpada pela participação no assassinato de seu marido, o pastor Anderson do Carmo, em junho de 2019.

As condenações de Flordelis (foto) são por homicídio triplamente qualificado, tentativa de homicídio duplamente qualificado, uso de documento falso e associação criminosa armada, segundo o TJRJ.

Os desembargadores também decidiram manter as condenações, pela participação no mesmo crime, de Simone dos Santos Rodrigues, filha biológica de Flordelis; de Adriano dos Santos Rodrigues, filho



FERNANDO FRAZÃO

biológico da ex-parlamentar; e de Carlos Ubiraci Francisco da Silva, filho afetivo.

A 2ª Câmara Criminal também decidiu anular a absolvição, pelo Tribunal do Júri de Niterói, de outras três pessoas acusadas de participar do crime: Rayane dos Santos, neta biológica da ex-deputada; Marzy Teixeira e André Luiz de Oliveira, ambos filhos adotivos. Eles serão submetidos a novo julgamento pelo júri.

CRIME SEM CASTIGO

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

O Conselho de Sentença do I Tribunal do Júri absolveu por insuficiência de provas os quatro acusados de envolvimento nas mortes de Edmea da Silva Euzébio e de sua sobrinha, Sheila da Conceição. Edmea era uma das líderes do movimento que ficou conhecido como Mães de Acari, formado por mães de 11 jovens da Favela do Acari, que, em julho de 1990, foram sequestrados em um sítio em Suruí, bairro de Magé, onde passavam o dia. Eles nunca foram encontrados.

Edmea e Sheila foram executadas a tiros no dia 19 de janeiro de 1993, no estacionamento da estação do metrô da Praça XI, no Centro do Rio de Janeiro.

Com a decisão, Eduardo José Rocha Creazola, Arlindo Maginário Filho, Adilson Saraiva Hora e Luis Claudio de Souza, todos acusados de envolvimento no crime, foram absolvidos.

Na época do crime, Eduardo, Arlindo e Adilson atuavam como policiais militares. Luiz Carlos era motorista do então subprefeito da Barra da Tijuca, Eduardo Paes, hoje prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com o Tribunal, a sessão de julgamento contou com reproduções em vídeo de depoimentos das testemunhas Sueli Rodrigues Vieira, Sonia Cristina Lourenço e do tenente-coronel da reserva da PM Valmir Alves Brum. Em seguida, foi ouvido, presencialmente, o delegado Antonio Silvino Teixeira.

Após essa fase, os quatro réus foram interrogados.

A promotora Flávia Maria Moura Machado considerou que não havia provas suficientes para a condenação e pediu a absolvição dos acusados. Ao se manifestarem, os advogados dos acusados também requereram a absolvição, sob a mesma alegação.

MÃES DE ACARI

Em julho de 1990, onze jovens, sendo sete adolescentes, entre 13 e 17 anos de idade, da comunidade na Baixada Fluminense desapareceram em Magé, após serem levadas por homens que se identificaram como policiais. Apesar de ser conhecido como Chacina de Acari, bairro onde moravam as famílias, os corpos das vítimas nunca foram

encontrados. Familiares das vítimas pedem que o Estado brasileiro seja responsabilizado, já que um grupo de policiais militares e civis é suspeito de ter sequestrado e matado os jovens.

O caso de Acari foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2006. O processo terminou com decisão em favor das vítimas e recomendações ao Estado brasileiro. Entre elas, oferecer apoio psicológico às famílias das vítimas, fazer relatório sobre a atuação das milícias no Rio de Janeiro e estabelecer políticas públicas e leis para evitar violações de direitos humanos.

A Comissão entendeu que essas recomendações não foram cumpridas e passou o caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2022.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

CNPJ/MF nº 04.452.459/0001-87

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Circulante			Circulante			Lucro líquido do exercício	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	985	1.155	Contas a pagar	2.420	2.198		19.357	19.314
Contas a receber	3.399	1.042	Impostos e contribuições a recolher	538	398	Outros resultados abrangentes		
Estoques	1.286	1.033	Dividendos a pagar	9.083	12.028	Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Impostos a recuperar	60	58	Arrendamento	-	70	Total de resultados abrangentes do exercício	19.357	19.314
Despesas antecipadas	278	304	Outras contas a pagar	12	-			
Outros	9	33	Total do passivo circulante	12.053	14.694			
Total do ativo circulante	6.017	3.625						
Não circulante			Patrimônio líquido					
Despesas Judiciais	2	-	Capital social	101.362	101.362			
Imobilizado	256.806	264.293	Reservas de lucros	43.560	43.596			
Arrendamento	-	46	Ajustes de avaliação patrimonial	105.850	108.312			
Total do ativo não circulante	256.808	264.339	Total do patrimônio líquido	250.772	253.270			
Total do ativo	262.825	267.964	Total do passivo e do patrimônio líquido	262.825	267.964			
Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
	2023	2022		2023	2022			
Receita operacional líquida	38.754	37.095	Resultado financeiro					
Custo de geração de energia	(14.884)	(13.250)	Receitas financeiras	283	144			
Lucro bruto (prejuízo)	23.870	23.845	Despesas financeiras	(15)	(31)			
Despesas operacionais			Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	268	113			
Gerais e administrativas	(3.251)	(4.105)	Imposto de renda e contribuição social					
Outras receitas/(despesas) operacionais	(219)	672	Corrente	(1.311)	(1.211)			
	(3.470)	(3.433)	Lucro líquido do exercício	19.357	19.314			
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	20.400	20.412						
Demonstração da Mutaçáo do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
			Reservas de lucros					
	Capital social	Retenção	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total patrimônio líquido	
	96.652	42.164	111.055	-	249.870	-	249.871	
Saldos em 31 de dezembro de 2021			(2.743)	2.743	-	-	-	
Realização da avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	-	(15.796)	-	-	(15.796)	-	(15.796)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	4.710	4.710	
Aumento de capital via capitalização de AFAC	4.710	-	-	-	4.710	(4.710)	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.314	19.314	-	19.314	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.829)	(4.829)	-	(4.829)	
Reserva de dividendos complementares	-	17.228	-	(17.228)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	101.362	43.596	108.312	-	253.270	-	253.270	
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	-	(17.016)	-	-	(17.016)	-	(17.016)	
Realização da avaliação patrimonial	-	2.462	(2.462)	-	-	-	-	
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	19.357	19.357	-	19.357	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.839)	(4.839)	-	(4.839)	
Reserva de dividendos complementares	-	14.518	-	(14.518)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	101.362	43.560	105.850	-	250.772	-	250.772	

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparentia/) e na sede da Companhia.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.199.675/0001-86

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Circulante			Circulante			Lucro líquido do exercício	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.795	3.921	Contas a pagar	2.114	2.045		13.964	13.270
Contas a receber	5.766	4.438	Empréstimos e financiamentos	7.876	7.824	Outros resultados abrangentes		
Estoques	731	740	Impostos e contribuições a recolher	591	699	Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Impostos a recuperar	371	594	Dividendos a pagar	450	-	Total de resultados abrangentes do exercício	13.964	13.270
Despesas antecipadas	238	267	Arrendamento	-	74			
Outros	150	2	Outras contas a pagar	97	212			
Total do ativo circulante	9.051	9.962	Total do passivo circulante	11.128	10.854			
Não circulante			Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	7.719	7.953	Empréstimos e financiamentos	92.807	99.178			
Imobilizado	188.702	196.231	Provisões para contingências	1	1			
Arrendamento	-	45	Total do passivo não circulante	92.808	99.179			
Outros	445	445	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante	196.866	204.674	Capital social	90.244	96.744			
Total do ativo	205.917	214.636	Reservas de lucros	11.737	7.859			
			Total do patrimônio líquido	101.981	104.603			
			Total do passivo e do patrimônio líquido	205.917	214.636			
Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
	2023	2022		2023	2022			
Receita operacional líquida	39.334	36.095	Resultado financeiro					
Custo de geração de energia	(13.791)	(12.856)	Receitas financeiras	1.402	2.580			
Lucro bruto	25.543	23.239	Despesas financeiras	(9.705)	(9.897)			
Despesas operacionais			Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.303)	(7.317)			
Gerais e administrativas	(1.466)	(380)	Imposto de renda e contribuição social					
Outras despesas operacionais	(88)	(265)	Corrente	(1.722)	(2.007)			
	(1.554)	(645)	Lucro líquido do exercício	13.964	13.270			
Lucro operacional antes do resultado financeiro	23.989	22.594						
Demonstração da Mutaçáo do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
			Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido			
	96.744	760	10.829	-	108.333			
Saldos em 31 de dezembro de 2021				(6.172)	(6.172)			
Declaração de dividendo intermediário	-	-	-	-	(10.829)			
Declaração do dividendo ocorrida no exercício	-	-	-	-	-			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.271	13.271			
Constituição de reserva legal	-	664	-	(664)	-			
Reserva de dividendos complementares	-	-	6.435	(6.435)	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	96.744	1.424	6.435	-	104.603			
Declaração de dividendo intermediário	-	-	-	(3.650)	(3.650)			
Declaração do dividendo ocorrida no exercício	-	-	-	-	(6.435)			
Redução de capital ocorrida no exercício	(6.500)	-	-	-	(6.500)			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.964	13.964			
Constituição de reserva legal	-	698	-	(698)	-			
Reserva de dividendos complementares	-	-	9.616	(9.616)	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	90.244	2.122	9.616	-	101.981			

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparentia/) e na sede da Companhia.

EPIDEMIA

RJ registra primeiros casos de dengue tipo 3

ALANA GANDRA/ABRASIL

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) confirmou nesta sexta-feira os primeiros dois casos de dengue tipo 3 ocorridos este ano. Trata-se de uma mulher de 39 anos, de Paraty, na Costa Verde, e uma criança de um ano, de Maricá, na região Metropolitana II. Os dois casos ocorreram nos dias 25 e 26 de fevereiro, respectivamente, e foram confirmados pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels (Lancen-RJ) e pelo Laboratório de Referência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). As duas pacientes foram tratadas e passaram bem.

Os municípios vão investigar

os dois casos para saber se são autóctones, isto é, se aconteceram dentro dos territórios, ou se são importados. O sorotipo 3 não circulava no estado do Rio de Janeiro desde 2007, o que amplia a margem de pessoas que nunca tiveram contato com o vírus. Levantamento da SES-RJ estimou que cerca de 4,8 milhões de pessoas estariam vulneráveis a esse sorotipo.

ALERTA

“Este é um ponto de atenção para redobramos os cuidados e continuarmos em alerta. Como o tipo 3 não circula no estado há muito tempo, existe uma boa parcela da população mais suscetível à doença”, explica a secretária de Estado de Saúde, Claudia Mello. A Secretaria vai

manter o monitoramento dos casos e definir ações específicas caso identifique uma mudança de cenário.

Os sintomas da dengue tipo 3 são os mesmos dos tipos 1, 2 e 4. Os principais são febre alta (superior a 38°C); dor no corpo e articulações; náuseas e vômitos; dor atrás dos olhos; mal-estar; falta de apetite; dor de cabeça; manchas vermelhas no corpo.

Este ano, o estado vinha registrando somente casos de dengue dos tipos 1 e 2, com predomínio do sorotipo 1. O Boletim Panorama da Dengue, divulgado nesta sexta-feira, indica que o atual cenário da doença ainda é de Emergência em Saúde Pública, com o estado se mantendo no nível 3, o mais al-

to de alerta contra a dengue.

DECRETO

A SES-RJ manteve o decreto de epidemia de dengue no Rio de Janeiro em razão de o estado ainda apresentar altos índices da doença. Embora as projeções mostrem tendência de queda, o número de casos prováveis de dengue ainda é considerado alto pelos técnicos e especialistas da Secretaria, que monitoram a situação nos 92 municípios fluminenses.

Até esta sexta-feira, foram registrados 186.624 casos prováveis de dengue e 91 óbitos confirmados em todo o estado. A taxa de incidência está em 1.162 casos / 100 mil habitantes.

O principal indicador epide-

miológico para estabelecer o nível de alerta é o Excesso de Casos (EC), que permaneceu acima de dez vezes por três semanas consecutivas, embora tenha apresentado tendência de queda nos últimos sete dias. Os dados analisados se referem às semanas epidemiológicas (SE) 10 a 12, que correspondem ao período de 3 a 23 de março deste ano.

A SES-RJ mantém também o monitoramento diário de casos e ações, entre os quais capacitação de profissionais de saúde e técnicos de vigilância dos municípios; salas de hidratação em 11 unidades de pronto atendimento (UPAs) estaduais e centros de hidratação nas cidades, com envio de medicamentos e insumos.

Nota

PADRE É PRESO SOB ACUSAÇÃO DE ESTUPRO E IMPORTUNAÇÃO

O padre Alexandre Pacioli, de 55 anos, subordinado à Arquidiocese do Rio de Janeiro, foi preso na quarta-feira passada, em Fortaleza, acusado pelo Ministério Público do Estado do Rio (MP-RJ) de praticar os crimes de estupro de vulnerável e importunação sexual contra uma mesma mulher, na cidade de Nova Friburgo. Segundo o MP-RJ, existem outras investigações em curso contra o padre, que já foi reitor da igreja da PUC-Rio e apresentador de programas da emissora de TV católica Canção Nova, inclusive um chamado Mulheres de Fé. A Arquidiocese do Rio de Janeiro informou ter afastado o padre de todas as funções e iniciado uma investigação sobre ele.

São Luiz Energética S.A.

CNPJ/MF nº 10.334.842/0001-33

Balanças Patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2023	2022		2023	2022
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	25.612	16.011	Contas a pagar	15.280	17.513
Contas a receber	7.976	5.310	Empréstimos e financiamentos	14.647	14.041
Estoques	330	145	Impostos e contribuições a recolher	907	834
Impostos a recuperar	313	322	Dividendos a pagar	455	455
Despesas antecipadas	319	350	Arrendamento	77	118
Outros	17	2	Outras contas a pagar	21	-
Total do ativo circulante	34.567	22.140	Total do passivo circulante	31.387	32.961
Não circulante			Não circulante		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	11.367	11.629	Empréstimos e financiamentos	198.751	203.382
Imobilizado	400.468	424.060	Provisões para contingências	1	1
Arrendamento	58	163	Arrendamento	6	86
Outros	74	19	Total do passivo não circulante	198.758	203.469
Total do ativo não circulante	411.967	435.871	Patrimônio líquido		
Total do Ativo	446.534	458.011	Capital social	219.520	219.520
Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2023	2022		2023	2022
Receita operacional líquida	47.118	31.868	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.192)	1.950
Custo de geração de energia	(29.926)	(15.967)	Total do patrimônio líquido	216.389	221.581
Lucro bruto (prejuízo)	17.192	15.901	Total do passivo e do patrimônio líquido	446.534	458.011
Despesas operacionais			Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Gerais e administrativas	(4.991)	(2.622)		2023	2022
Outras despesas operacionais	(17)	(14)	Fluxo de caixa das atividades operacionais	(5.192)	1.950
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	12.184	13.265	Fluxo de caixa das atividades de investimento	262	6.944
Resultado financeiro			Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(200)	(61.176)
Receitas financeiras	3.861	1.588	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	62	(54.232)
Despesas financeiras	(18.451)	(11.354)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.406)	3.499	Ingresso de empréstimos e financiamentos		35.782
			Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(14.046)	(117.965)
			Pagamento de empréstimos e financiamentos – amortização	(8.223)	(9.637)
			Pagamento de arrendamento – principal	(163)	(127)
			Pagamento de dividendos	-	(43)
			Pagamento de capital	-	131.680
			Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(22.432)	39.690
			Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	9.601	15.990
			Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	18.011	21
			Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	25.612	16.011
			Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	9.601	15.990
			Informações complementares:		
			Valores pagos de IR:	1.348	496
			Valores pagos de CS:	860	288
			Adição de imobilizado sem efeito caixa	-	10.174
			Carlos Gustavo Nogarí Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68		
			Flavio Martins Ribeiro – Diretor CPF: 035.898.606-00		
			Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O		
			Hamilton Ferreira da Silva – Contoller CPC ISP-217.225/O-5		

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.199.572/0001-16

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2023	2022		2023	2022
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.900	1.468	Contas a pagar	763	1.511
Contas a receber	1.053	2.624	Empréstimos e financiamentos	8.081	8.030
Estoques	1.167	1.093	Impostos e contribuições a recolher	588	538
Impostos a recuperar	125	139	Dividendos a pagar	1.448	-
Despesas antecipadas	229	252	Arrendamento	-	141
Outras contas a receber	3	-	Outras contas a pagar	19	34
Total do ativo circulante	8.477	5.576	Total do passivo circulante	10.899	10.254
Não circulante			Não circulante		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5.726	5.979	Empréstimos e financiamentos	34.628	42.133
Imobilizado	162.236	167.527	Provisão para contingências	-	24
Arrendamento	-	93	Total do passivo não circulante	34.628	42.157
Total do ativo não circulante	167.962	173.599	Patrimônio líquido		
Total do Ativo	176.439	179.175	Capital social	115.438	115.438
			Reservas de lucros	15.474	11.326
			Total do patrimônio líquido	130.912	126.764
			Total do passivo e do patrimônio líquido	176.439	179.175
Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2023	2022		2023	2022
Receita operacional líquida	34.779	30.059	Fluxo de caixa das atividades operacionais	17.796	13.880
Custo de geração de energia	(10.066)	(10.489)	Fluxo de caixa das atividades de investimento	29.852	24.019
Lucro bruto	24.713	19.570	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(24.223)	(24.947)
Despesas operacionais			Depósitos restituíveis e valores vinculados	253	96
Gerais e administrativas	(1.920)	(131)	Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(1.460)	(2.002)
Outras (despesas) receitas operacionais	(82)	(385)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.207)	(1.906)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	22.711	19.054	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
			Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(7.895)	(7.811)
			Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(3.877)	(4.468)
			Pagamento de arrendamento	(252)	(167)
			Dividendos pagos	(12.199)	(12.501)
			Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(24.223)	(24.947)
			Diminuição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	4.432	(2.834)
			Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.468	4.302
			Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5.900	1.468
			Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	4.432	(2.834)
			Informações complementares:		
			Valores pagos de IR:	734	657
			Valores pagos de CS:	457	480
			Carlos Gustavo Nogarí Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68		
			Flavio Martins Ribeiro – Diretor CPF: 035.898.606-00		
			Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O		
			Hamilton Ferreira da Silva – Contoller CPC ISP 217.225-O		

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar - CNPJ: 33.229.410/0001-68
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31/12/2023, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, acrescidas da demonstração do valor adicionado - DVA, a qual consideramos importantes para divulgar o desempenho. Mensagem da Administração: Nós vamos além de lindas vistas. Mais do que um dos mais belos pontos turísticos do Brasil, a nossa missão é transportar pessoas para um mundo de encantamento, lazer e entretenimento, gerando experiências felizes, sustentáveis, inesquecíveis e que valorizam a cultura brasileira.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em MRS
Table with columns for Nota, Controladora, Consolidado for years 2023 and 2022. Rows include Ativo Circulante, Caixas e equivalentes de caixa, Contas a receber, Estoques, Despesas antecipadas, etc.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em MRS
Table with columns for Capital social, AFAC, Reserva legal, Reserva de contingências, Dividendos a distribuir, Reserva de lucros, Outros Resultados Abrangentes, Lucros Acumulados, Total do patrimônio líquido.

Demonstração do resultado abrangente
Table with columns for Controladora, Consolidado for years 2023 and 2022. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente total.

Demonstração dos fluxos de caixa
Table with columns for Controladora, Consolidado for years 2023 and 2022. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Lucro do exercício, Ajustes por: Depreciação e amortização, etc.

Variações nos ativos e passivos
Table with columns for Controladora, Consolidado for years 2023 and 2022. Rows include Aumento em contas a receber, (Aumento)/Redução em Estoque, (Aumento)/Redução em Impostos a Recupelar, etc.

Demonstração do resultado em 31 de dezembro
Table with columns for Nota, Controladora, Consolidado for years 2023 and 2022. Rows include Receita operacional líquida, Custo dos serviços prestados, Lucro bruto, Despesas com vendas, etc.

Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro Em MRS
Table with columns for Controladora, Consolidado for years 2023 and 2022. Rows include Receitas, Vendas brutas de produtos e serviços, Outras receitas, Insumos adquiridos de terceiros, etc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Section 1.1 Contexto operacional: A Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar (a "Cia." ou "CCAPA"), sediada na Av. Pasteur, nº 520, Urca, RJ, Brasil desde janeiro de 1911, é uma S.A. de capital fechado nacional, assim como a Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda. (a "PATUR"), sua controlada integral.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Table with columns for Sem vencimento, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Fomecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures.

Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar - CNPJ: 33.229.410/0001-68																								
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)																								
Aplicações financeiras					útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em 2023, houve um aumento de					com esforço restrito de acordo com ICVM 476/09 (revogada pela Resolução 160/22),														
Instrumentos financeiros					constituição de provisão de perda esperada em decorrência de locatários que ficaram					coordenadas pelos Bancos Itaú BBA e UBS BB, com prazo de 5 anos, carência de 18														
derivativos					inadimplentes.					meses para amortização do principal e com custo de CDI + 4% ao ano. Foram incorridos														
Contas a receber					8 Impostos a recuperar					Custos de Transação na emissão das Debêntures no montante de R\$ 3.915, que estão														
Total Ativo					Controladora					Controladora					Consolidado									
Passivo					2023					2022					2023					2022				
Empréstimos e					2.690					1.092					2.690					1.104				
financiamentos					607					1.145					632					1.177				
Fomecedores					79					79					79					79				
Total do passivo					5					25					12					62				
4 Investimentos: a) Movimentação dos investimentos:					14					24					-					-				
participação societária na controlada PATUR. Não houve recebimento de dividendos					83					96					-					-				
antecipados em 2023 ou 2022.					1.525					2.226					2.341					2.416				
					405					405					405					405				
					-					50					48					-				
					5.408					4.972					6.329					5.291				
Em 1º de janeiro					3.883					2.746					3.988					2.875				
Dividendos recebidos da controlada					1.525					2.226					2.341					2.416				
Resultado da Equivalência Patrimonial					-					-					-					-				
Em 31 de dezembro					2.231					16.471					-					-				
b) Participação societária nos investimentos					43.461					21.129					5.437					(782)				
Controlada - PATUR					-					-					-					-				
CCAPA					100%					100%					100%					100%				
Total Participação Acionária					-					-					-					-				
c) Resumo das informações financeiras: O quadro abaixo apresenta um resumo das					-					-					-					-				
informações financeiras da controlada.					-					-					-					-				
(i) Balanco patrimonial sintético					-					-					-					-				
Circulante					-					-					-					-				
Ativo					-					-					-					-				
Passivo					-					-					-					-				
Ativo circulante líquido					-					-					-					-				
Não circulante					-					-					-					-				
Ativo					-					-					-					-				
Passivo					-					-					-					-				
Ativo não circulante líquido					-					-					-					-				
Patrimônio líquido					-					-					-					-				
(ii) Demonstração do resultado sintética					-					-					-					-				
Circulante					-					-					-					-				
Receita operacional líquida					-					-					-					-				
Lucro antes dos impostos					-					-					-					-				
IR e C.S.					-					-					-					-				
Lucro Líquido do Exercício					-					-					-					-				
(iii) Demonstração dos fluxos de caixa sintética					-					-					-					-				
PATUR					-					-					-					-				
Caixa líquido gerado das atividades operacionais					-					-					-					-				
Caixa líquido usado nas atividades de investimento					-					-					-					-				
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento					-					-					-					-				
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa					-					-					-					-				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					-					-					-					-				
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício					-					-					-					-				
5 Instrumentos financeiros por categoria					-					-					-					-				
Ativos financeiros					-					-					-					-				
Ativos ao custo amortizado					-					-					-					-				
Caixa e equivalentes de caixa					-					-					-					-				
Aplicações financeiras					-					-					-					-				
Contas a receber de clientes					-					-					-					-				
Outros contas a receber					-					-					-					-				
Derivativos					-					-					-					-				
Ao valor justo					-					-					-					-				
Passivos financeiros					-					-					-					-				
Passivos ao custo amortizado					-					-					-					-				
Fomecedores					-					-					-					-				
Empréstimos					-					-					-					-				
Debêntures					-					-					-					-				
Outras contas a pagar					-					-					-					-				
Passivos de arrendamento					-					-					-					-				
6 Caixa e equivalentes de caixa					-					-					-					-				
Caixa e bancos					-					-					-					-				
Aplicações Financeiras					-					-					-					-				
As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a produtos bancários de baixo					-					-					-					-				
risco e com liquidez diária, todas no segmento de renda fixa, em bancos de primeira					-					-					-					-				
linha, e remuneradas a taxas de mercado (98% CDI).					-					-					-					-				
Banco Santander					-					-					-					-				
Instrumentos de Renda Fixa - DI					-					-					-					-				
Banco Itaú					-					-					-					-				
Instrumentos de Renda Fixa - DI					-					-					-					-				
Banco do Brasil					-					-					-					-				
Instrumentos de Renda Fixa - DI					-					-					-					-				
7 Contas a receber					-					-					-					-				
Clientes					-					-					-					-				
Administradoras de cartão de crédito					-					-					-					-				
Perdas Estimadas					-					-					-					-				
O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se					-					-					-					-				
demonstrado a seguir:					-					-					-					-				
A vencer					-					-					-					-				
Vencidos: Até 30 dias					-					-					-					-				
Entre 31 e 60 dias					-					-					-					-				
Entre 61 e 180 dias					-					-					-					-				
Acima de 181 dias					-					-					-					-				
Total (desconsiderando perdas estimadas)					-					-					-					-				
Para as contas a receber de clientes, a Cia. aplica a abordagem simplificada conforme					-					-					-					-				
permissão pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida					-					-					-					-				
correta classificação.					-					-					-					-				
14 Imobilizado					-					-					-					-				
a) Controladora					-					-					-					-				
Saldo em 1º/01/22					-					-					-					-				
Adições					-					-					-					-				
Baixas					-					-					-					-				
Transferências					-					-					-					-				
Depreciações					-					-					-					-				
Saldo em 31/12/22					-					-					-					-				
Custo do imobilizado					-					-					-					-				
Depreciação acumulada					-					-					-					-				
Valor contábil					-					-					-					-				
Saldo em 31/12/22					-					-					-					-				
Adições					-					-					-					-				
Baixas					-					-					-					-				
Transferências					-					-					-					-				
Depreciações					-					-					-					-				
Saldo em 31/12/23					-					-					-					-				
Custo do imobilizado					-					-					-					-				
Depreciação acumulada					-					-					-					-				
Valor contábil					-					-					-					-				
Saldo em 31/12/22					-					-					-					-				
Adições					-					-					-					-				
Baixas					-					-					-					-				
Transferências					-					-					-					-				
Depreciações					-					-					-					-				
Saldo em 31/12/23					-					-					-					-				
Custo do imobilizado					-					-					-					-				
Depreciação acumulada					-					-					-					-				
Valor contábil					-					-					-					-				
Saldo em 31/12/22					-					-					-					-				
Adições					-					-					-					-				
Baixas					-					-					-					-				
Transferências					-					-					-					-				
Depreciações					-					-					-					-				
Saldo em 31/12/23					-					-					-					-				
Custo do imobilizado					-					-					-					-				
Depreciação acumulada					-					-					-					-				
Valor contábil					-					-					-					-				
As adições na conta de Imobilizações em andamento em 2023 são principalmente					-					-					-					-				
relacionadas: R\$ 18.780 (R\$ 13.410 em 2022) na importação e serviços do projeto da					-					-					-					-				
Tirolesa e R\$4.927 (R\$ 2.810 em 2022) em projetos de melhorias do Parque. A Cia.					-					-					-					-				
realizou, com base em laudo produzido por empresa especializada, estudo de revisão da					-					-					-					-				
vida útil dos itens de seu ativo imobilizado, passando a considerar o resultado desta					-					-					-					-				
avaliação a partir de 1/1/20. Os efeitos da alteração da vida útil dos ativos estão registra-					-					-					-					-				
dos no resultado do exercício. Não houve indícios de perda no valor recuperável nos					-					-					-					-				
itens do ativo imobilizado da empresa para os exercícios findos em 31/12/23. A					-					-					-					-				
Administração não identificou alterações na vida útil dos ativos registrados contabil-					-					-					-					-				
mente. Impairment: Não houve indícios de perda no valor recuperável nos itens					-					-					-					-				
do ativo imobilizado da empresa para os exercícios findos em 31/12/23. Em relação					-					-					-					-				
ao montante de valores investidos na construção da tirolesa, entendemos não haver					-					-					-					-				
risco de perda no valor recuperável visto que obtivemos a autorização para retomar					-					-					-					-				
as obras em março de 2024.					-					-					-					-				
15 Fomecedores					-					-					-					-				
Controladora					-					-					-					-				
2023					-					-					-					-				
Fomecedores 4.368					-					-					-					-				
4.368					-					-					-					-				
Referem-se as obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal					-					-					-					-				
dos negócios da Cia.					-					-					-					-				
16 Impostos a recolher					-					-					-					-				
Controladora					-					-					-					-				
2023					-					-					-					-				
PIS s/ faturamento					-					-					-					-				
ISS retido a recolher					-					-					-					-				
COFINS s/ faturamento					-					-					-					-				
FGTS a recolher					-					-					-					-				
INSS a recolher					-					-					-					-				
CSRF- Lei 10.833					-					-					-					-				
IR retido - terceiros					-					-					-					-				
IR retido - empregados					-					-					-					-				
INSS retido s/ serviços					-					-					-					-				
Outros					-					-					-					-				
IR - PJ					-					-					-					-				
C.S. - PJ					-					-					-					-				
PIS não cumulativo					-					-					-					-				
COFINS não cumulativo					-					-					-					-				
2.894					-					-					-					-				
2.229					-					-					-					-				
3.554					-					-					-					-				
2.730					-					-					-					-				
Em 25/02/22, a Cia. realizou a 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 100.000,					-					-					-					-				



Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar - CNPJ: 33.229.410/0001-68

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Apçucar Empreendimentos Turístico Ltda., como consagrada, **30 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas DFs estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **30.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das DFs consolidadas. **a) Controladas:** Controlada é a entidade na qual a Cia. detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Cia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Cia. deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **b) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **30.2 Conversão de moeda estrangeira:** **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas DFs são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As DFs individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Cia. e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. **30.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **30.4 Ativos financeiros:** **30.4.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado, • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado; Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. Em 31/12/2023 e 2022, o Grupo não possuía nenhum ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. **30.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **30.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/perdas e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem. **30.4.4 Impairment:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **30.4.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **30.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. **30.6 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **30.7 Arrendamentos:** A Cia. aluga câmeras para monitoramento e gestão de segurança patrimo-

nal através do sistema CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dois anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Cia. utilizou a taxa incremental. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos; e • quaisquer custos diretos iniciais. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **(i) Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **30.8 Ativos Intangíveis:** **a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada. As marcas não são amortizadas. **b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **30.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituíveis é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. **Ativos:** Edificações: 25-40; Máquinas e equipamentos: 10-20; Veículos: 3-5; Móveis e utensílios: 5-20. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. **30.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **30.11 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos não são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **30.12 Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **30.13 IR e C.S. corrente e diferido:** As despesas de IR e C.S. do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IR e C.S. corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a C.S. corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O IR e a C.S. diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas DFs. Entretanto, o IR e a C.S. diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O IR e a C.S. diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **30.14 Capital social:** As ações ordinárias e as preferências são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **30.15 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **a) Receita serviços prestados:** A receita da Cia. é gerada a partir da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade. A linha de receita de locação não se enquadra nas especificações do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas DFs ora apresentadas. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **30.16 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas DFs e notas foram arredondados com a aproximação de MR5, salvo indicação contrária. **30.17 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida. No Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas DFs, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º/01/23, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das DFs compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º/01/24. • **Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente a venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantidade de ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/24. • **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: a) Os termos e condições dos acordos SFAs. b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das DFs associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de dados de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b)(i) d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/24. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as DFs do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as DFs do Grupo.

Sandro Roberto Fernandes - Diretor Presidente; Sergio Luiz Gonçalves Andreoli - Diretor Financeiro; Ariani Rocha Vale - CRC SP - 291274/0-1 CPF: 338.145-938-47

Relatório do auditor independente sobre as DFs individuais e consolidadas: Aos Administradores e Acionistas Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar: **Opinião:** Examinamos as DFs individuais da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/23 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as DFs consolidadas da Cia. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/23 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. e da Cia. e sua controlada em 31/12/23, o desempenho no curso de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

<p>Porque é um PAA Reconhecimento de receita (Notas 22 e 30.15) A principal fonte de receita do Consolidado advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Cia. e da sua controlada para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos das suas controladas. Em base amostral, verificamos os tickets emitidos ao longo do exercício, respectivamente emissões de notas fiscais e liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2023 e início de 2024 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às DFs. Os resultados desses procedimentos nos proporcionam evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o reconhecimento dessas receitas no contexto das DFs individuais e consolidadas.</p>
--	---

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/23, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia. e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as DFs e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às DFs individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as DFs e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das DFs, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas DFs individuais e consolidadas:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e sua controlada. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas da tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 28/03/24. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - 2SP000160/F-5; Caren Henriete Macchini - Contadora CRC 1PR038429/O-3 T° SC

Diário do Acionista

publicidade@diariodoacionista.com.br

Tels.: (21) **99122-4278**

Tels.: (11) **2655-1899**

MIAMI

Apex ouvirá servidores sobre 'plano golpista' do pai de Cid

KARINA FERREIRA/AE

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) vai ouvir três funcionários do escritório de Miami, nos Estados Unidos, para prestarem esclarecimentos sobre possíveis desvios de conduta praticados pelo general da reserva Mauro Lourena Cid, chefe do local no governo de Jair Bolsonaro (PL).

As oitivas serão realizadas na próxima semana na sede da agência, em Brasília, por uma comissão interna instaurada para apurar as suspeitas sobre Cid,

pai do tenente-coronel Mauro Cid, o ex-ajudante de ordens da Presidência.

O site UOL publicou na terça-feira passada, que o então chefe do escritório em Miami teria usado a estrutura da agência para apoiar articulações golpistas e participar de acampamento no Quartel-General do Exército contra a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no final de 2022.

A ApexBrasil confirmou ao Estadão o nome dos três funcionários: Michael Rinelli e Paola Bueno, que ocupam cargos de analistas, e Fernando Spohr, atual chefe do escritório em

Miami. Eles serão os primeiros ouvidos pela comissão de apuração, que ainda deve ouvir mais funcionários sobre a suposta atuação golpista de Lourena Cid.

Ainda não há definição sobre o que será feito com o resultado da apuração interna, podendo provocar o afastamento dos funcionários a depender da gravidade do que for apurado.

Segundo a reportagem do UOL, Cid teria voltado a Miami para apagar informações de equipamentos eletrônicos da Apex mesmo após deixar o cargo. Após a publicação da

notícia, a agência divulgou uma nota oficial, informando que Jorge Viana, atual diretor, tomou conhecimento de possíveis desvios de conduta na gestão do general Lourena Cid em março e que, em reunião com a diretoria executiva, "decidiu determinar rigorosa apuração interna sobre as informações".

"A ApexBrasil aguarda o resultado desse procedimento para tomar as providências que se fizerem necessárias. Da mesma forma, espera também as conclusões das investigações em curso conduzidas pela Polícia Federal", diz a nota.

STF

Moraes vota contra poder moderador das Forças Armadas: 'golpismo'

GABRIEL DE SOUSA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes votou nesta sexta-feira, contra a interpretação de que as Forças Armadas podem intervir sobre os Três Poderes da República, a partir de preceitos da Constituição Federal. Segundo Moraes, o entendimento é uma "pífia, absurda e antidemocrática interpretação golpista". O placar na Corte está em 9 a 0 contra tese do poder moderador.

O ministro também afirmou que o presidente da República que convocar as Forças Armadas para intervir nos outros Poderes estará cometendo crime de responsabilidade, e a cassação do

mandato deve ser julgada pelo Congresso. "A gravidade maior do estado de sítio exige, em regra, prévio controle político a ser realizado pelo Congresso Nacional, ou seja, prévio controle do poder Legislativo civil", disse.

Moraes é relator no STF de inquérito da Polícia Federal (PF) que investiga se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) planejou um golpe de Estado com oficiais de alta patente. Segundo o relatório da Operação Tempus Veritatis da PF, deflagrada em fevereiro, os militares iam prender o magistrado e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ser assinado por Bolsonaro.

"Nunca houve a previsão das Forças Armadas como um dos Poderes de Estado, ou mais grave ainda - como se pretendeu em pífia, absurda e antidemocrática 'interpretação golpista' - nunca houve a previsão das Forças Armadas como poder moderador, acima dos demais Poderes de Estado", afirmou Moraes em seu voto.

A ação julgada pelo STF foi apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2020. A legenda questionou o Supremo sobre interpretações do artigo 142 da Constituição Federal, que trata das Forças Armadas. Bolsonaroistas frequentemente utilizam o trecho para defender uma intervenção mili-

tar "dentro da legalidade".

Moraes repetiu por sete vezes em seu voto que o poder civil exerce soberania sobre as autoridades militares. O ministro do STF relembrou que, em casos de estado de sítio e GLO, as Forças Armadas estarão sempre submetidas "à vigilância das autoridades constitucionais", representadas pelo Legislativo e pelo Judiciário.

PLACAR DE 9 A 0

Ainda restam os votos dos ministros Kassio Nunes Marques, indicado por Bolsonaro em 2020, e do ministro Dias Toffoli, indicado por Lula em 2009. Eles têm até esta segunda-feira, para registrar os seus votos.

'É delírio antijurídico', diz Cármen Lúcia sobre poder moderador das forças Armadas

KARINA FERREIRA/AE

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia votou nesta sexta-feira, contra o entendimento de que há previsão na Constituição para intervenção das Forças Armadas sobre os Três Poderes da República. A magistrada qualificou as possíveis interpretações da lei que permitissem aos militares atuarem como um "poder moderador" como "delírio antijurídico ou desvario antidemocrático".

"Qualquer referência à interpretação de norma legal que confronte os termos expressos dos artigos 1º e 2º da Constitui-

ção do Brasil é delírio antijurídico ou desvario antidemocrático, não é interpretação constitucional. Nem mesmo os poderes constitucionais - Legislativo, Executivo e Judiciário - estão acima nem podem atuar contra a Constituição."

Em seu entendimento, as Forças Armadas são uma instituição "permanente e regular" e qualquer atuação fora da regularidade constitucional democrática é ilícita.

Em seu voto, a ministra afirmou que em nenhuma Constituição brasileira as Forças Armadas receberam a condição de Poder, nem mesmo moderador,

e que a leitura da história deve ser feita "de todo o enredo, não de uma página".

Cármen destaca que, no sistema constitucional democrático em vigor, não há "sequer referência" que permita que as Forças Armadas atuem de forma excedente ou autônoma em relação aos Três Poderes, sublinhando que elas "são forças, não poderes". "Golpear a Constituição desbordando do que nela definido para sua atuação é inconstitucional, ilegítimo, antidemocrático e inválido".

A ministra diz ainda que, mesmo a separação dos poderes segundo o próprio do sistema cons-

titucional democrático e com o "poder moderador" ter sido extinto já no Império, a democracia brasileira "não tem sossego".

Cármen ainda acrescenta que a autorização para que as Forças Armadas atuem na garantia da lei e da ordem - além dos casos de intervenção federal, de estados de defesa e de estado de sítio - só pode existir em casos excepcionais de "grave e específica violação à segurança pública interna". No entanto, ela deve ser formalmente justificada, e somente ser dada após todos os instrumentos ordinários de preservação da ordem pública serem esgotados.

que, em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a legislação, conferindo exclusivamente à OAB a competência de discutir infração ética da advocacia.

Além da multa ao advogado, Moraes negou o pedido de progressão de pena de Silveira, condenado, em abril de 2022, a oito anos e nove meses de prisão por ataques ao Estado Democrático de Direito. Em petição à Corte, o advogado havia alegado que 16% da pena já foi cumprida, baseando-se na carga horária que o sentenciado dedicou aos estudos e trabalho.

O ministro, no entanto, indeferiu o pedido e apenas homologou a remição da carga horária, que equivale a 140 dias da pena de Silveira. A decisão foi fundamentada no inciso III do artigo 112 da Lei de Execuções Penais, que estabelece que a transferência para regime menos rigoroso vai ocorrer quando o preso tiver cumprido 25% da pena.

DOENÇAS

É gripe, bronquiolite ou Covid? Entenda as diferenças entre vírus

LARA CASTELO/AE

Embora os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) tenham diminuído no País, segundo boletim do InfoGripe divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na quinta-feira passada, com queda puxada pela redução de casos de Covid-19 e rinovírus, o documento aponta crescimento no número de casos de vírus sincicial respiratório (VSR), o principal causador da bronquiolite, e influenza (gripe) em diversas regiões do País.

A diminuição de casos de Covid-19 e rinovírus foi mais acentuada nos Estados do Centro-Sul do País. Os Estados do Norte e Nordeste também tiveram interrupção ou diminuição do aumento de registros. Em contrapartida, de acordo com o boletim, houve aumento nos casos de VSR e influenza em diversas regiões do País - mas de forma menos significativa.

Além de serem altamente contagiosos a partir do contato com secreções respiratórias, esses vírus costumam apresentar sintomas semelhantes como tosse, coriza e dor no corpo. Pensando nisso e no fato de eles estarem circulando simultaneamente no País, o Estadão falou com especialistas e elencou algumas características particulares de alguns deles para ajudar na sua identificação. Vale destacar, entretanto, que, para um diagnóstico seguro, é preciso buscar um médico. Confira:

INFLUENZA

De acordo com a infectopediatra Flávia Jacqueline Almeida, da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), a gripe, causada pelo vírus da influenza, costuma ser mais sintomática e intensa que os outros vírus respiratórios. "Por exemplo, de um dia para o outro, o paciente começa a sentir muita dor no corpo e ter febre alta", descreve.

CORONAVÍRUS

Segundo a infectopediatra, o coronavírus SARS-CoV-2, que causa a covid-19, costuma provocar sintomas típicos de

um resfriado comum, como tosse, coriza e febre.

A perda de olfato e paladar, peculiaridades muito associadas à covid-19 no início da pandemia, hoje não são mais tão comuns, segundo Flávia. "Isso acontece porque a ômicron, principal variante em circulação atualmente, não provoca tanto esses sintomas quando a variante inicial, conhecida como de Wuhan (província chinesa onde o vírus foi identificado pela primeira vez)", pontua.

Além disso, de acordo com o infectopediatra Marcelo Otsuka, da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), diferente da influenza, o coronavírus costuma ter um quadro evolutivo mais lento e se tornar mais grave apenas depois da primeira semana de infecção.

VSR

Vírus sincicial respiratório (VSR), que se manifesta principalmente em crianças pequenas e pode provocar falta de ar, sendo o principal causador de infecções respiratórias agudas em crianças até dois anos, de acordo com Flávia. "O VSR chega com facilidade no pulmão das crianças menores, provocando quadros de bronquiolite e pneumonia graves. Muitas vezes, ele se manifesta pela dificuldade na respiração", descreve.

Justamente pela sua gravidades nos pequenos, Otsuka destaca a importância da vacinação contra o VSR em gestantes, recentemente aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "Através dos anticorpos da mãe, esse bebê já nasce mais protegido", justifica.

RINOVÍRUS

De acordo com Flávia, esse vírus normalmente se manifesta como um resfriado típico, sem grandes peculiaridades. "São os sintomas clássicos como: tosse, dor de garganta e coriza. Difícilmente, contudo, ele dá febre e dor no corpo", destaca.

Otsuka pontua, porém, que, nas crianças pequenas, o rinovírus também pode provocar bronquiolite - mas com bem menos frequência que o VSR.

POLÍCIA

Comissão vota criação de regras para uso de drones

RAFAELA FERREIRA/AE

A Comissão de Segurança Pública do Senado vai analisar na terça-feira, projeto que estabelece um marco para o uso de drones por órgãos de segurança pública. A proposta cria regras para os veículos aéreos não tripulados e as aeronaves remotamente pilotadas e proíbe armas acopladas e a automação total dos equipamentos.

Segundo autor do projeto, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (foto) diversas polícias no Brasil já utilizam o equipamento nas investigações e no policiamento ostensivo, mas ainda não há uma lei que regulamente o emprego de drones.

O texto lista 15 situações onde o uso do equipamento poderá ser utilizado, caso aprovação do projeto. São elas: apuração de infrações penais; prevenção e repressão do tráfico de drogas ou de armas de fogo; uso pela polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; policiamento e patrulhamento ostensivo; planejamento e execução de operações policiais; cumprimento de mandados de busca e apreensão ou de prisão; perseguição policial; monitoramento ou vigilância de

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



alvos e perícia.

A proposta ainda garante indenização por dano moral ou material para as pessoas que tiverem sua intimidade, privacidade ou imagem ferida pelo uso dos drones pelos órgãos de segurança pública. "O artigo estabelece sigilo para as imagens produzidas e prevê o crime de quebra de sigilo para quem as divulgar indevidamente", diz o texto.

Caso o projeto seja aprovado, os órgãos de segurança pública seguirão eventuais normas da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

DANIEL SILVEIRA

OAB vai contestar Moraes por aplicar multa a advogado

RAFAELA FERREIRA/AE

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) informou, nesta sexta-feira, que vai enviar uma contestação ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre decisão do ministro Alexandre de Moraes de aplicar uma multa de R\$ 2 mil ao advogado Paulo Faria, que atua na defesa do ex-deputado Daniel Silveira. Segundo presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, cabe apenas ao órgão da categoria profissional a responsabilidade de punir estes profissionais.

"Assim como o CNMP é responsável por punir os membros

do Ministério Público e o CNJ é responsável por punir os juízes, cabe à OAB a responsabilidade de punir um advogado. Nesse tipo de caso, o procedimento adequado é enviar um ofício à Ordem para que ela avalie e, se necessário, tome medidas disciplinares em relação à conduta do profissional. Mas isso não compete ao magistrado", disse Simonetti.

Na decisão, Moraes alegou que o profissional repetiu em recursos pedidos que já haviam sido negados anteriormente. O ministro ainda justificou a aplicação da multa "em razão da litigância de má-fé" e alegou que

decisão é admitida "pacificamente" pela jurisprudência da Corte. Já em nota divulgada nesta quinta-feira, 4, Faria, afirmou que a multa foi aplicada "sob falsas acusações de má-fé" e que exige "o mínimo de respeito ao seu trabalho técnico, pois está no exercício pleno de suas funções constitucionais".

O procurador nacional de Defesa de Prerrogativas, Alex Sarkis, explicou que os precedentes citados pelo ministro para justificar a multa à Farias são anteriores a uma lei que eliminou a multa anteriormente prevista no artigo 265 do Código de Processo Penal. Ele lembrou



COMPRA DE ÓLEO

Vereador é eleito para substituir prefeito cassado em Birigui

LETYCIA BOND/ABRASIL

O vereador André Fermino vai assumir a prefeitura de Birigui, no noroeste de São Paulo, após a cassação do mandato de Leandro Maffei, do Republicanos, na quinta-feira passada pela Câmara Municipal. Fermino, do PP, foi eleito pela Câmara, na manhã desta sexta-feira, por 15 votos, ou seja, por unanimidade.

A punição foi aplicada a Maffei depois de a Casa aprovar relatório de uma comissão parlamentar que identificou ilegalidades no âmbito do programa Link Card, destinado à compra de óleo lubrificante para a frota de veículos do município.

Com o afastamento de Maffei, o vereador José Luis Buchalla (DC), na condição de presidente do Poder Legislativo, deveria assumir o comando do Poder Executivo. Contudo, Buchalla renunciou à presidência da Câmara Municipal, afirmando que teria que lidar com "uma terra arrasada por ingerências e egos" e que seria injustamente responsabilizado por atos com os quais não têm relação, mas pelos quais teria que responder.

Na nova configuração da Câmara, como previsto nas regras em vigor, o vereador Wesley Ricardo Coalhato, mais conhecido como Cabo Wesley (União Brasil), que ocupava a vice-presidência da Casa, assumiu a presidência. Ainda na sessão de hoje, Buchalla foi eleito por unanimidade vice-presidente da Câmara. A nova composição vale até o final deste ano.

As mudanças no Legislativo municipal devem-se também à vacância no cargo de vice-prefeito, com a morte de Carão Gallindo (PSD), que morreu, aos 52 anos, por complicações de covid-19, em junho de 2021.

ACUSAÇÕES A MAFFEIS

A comissão parlamentar designada a apurar o caso apresentou na quinta-feira passada o parecer final, na segunda sessão extraordinária realizada este ano pela Casa. A votação acabou com 13 votos a favor do relatório, um contra e uma abstenção.

A investigação foi aberta a pedido de moradores de Birigui, que tomaram como referência o Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) nº 1 de 2022 para denunciar o que entenderam como má gestão de recursos públicos, atribuída à Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

O julgamento, que deveria ter sido concluído em 2023, foi suspenso por uma liminar, e foi retomado após determinação da Justiça de São Paulo, por decisão do desembargador Paulo Cícero Augusto Pereira.

O prefeito cassado é filiado ao Republicanos, mesmo partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Em seu perfil no Facebook, Maffei destaca como lema "Deus, Pátria e Família". Outra figura conhecida do partido é a ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e atual senadora pelo Distrito Federal Damares Alves.

MEDICINA

USP terá de matricular aluno barrado em cota

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A Universidade de São Paulo (USP) tem prazo de 72 horas para restabelecer a matrícula de estudante que foi barrado de ingressar no curso de medicina por meio de cota racial após decisão judicial.

Alison dos Santos Rodrigues, de 18 anos, concorreu a uma vaga no Provão Paulista para alunos egressos do ensino público e autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Ele se declarou pardo, mas a Comissão de Heteroidentificação da universidade considerou que ele não se enquadrava e negou a matrícula. O aluno recorreu à Justiça.

De acordo com o juiz Danilo Martini De Moraes Ponciano De Paula, da 2ª Vara do Foro de Cerqueira César, caso a USP não cumpra a determinação estará sujeita a multa de R\$ 500 por dia

de atraso, limitada ao teto de R\$ 20 mil.

A mesma situação ocorreu com o candidato Glauco Dalalio do Livramento, que passou para uma vaga na Faculdade de Direito. No mês passado, o juiz Radolfo Ferraz de Campos, da 14ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, concedeu liminar determinando o restabelecimento da matrícula na instituição. O magistrado entendeu que a avaliação feita pela comissão "ofendeu a isonomia", pois foi realizada por meio de fotografia e de conversa com o estudante por videochamada pela internet.

Em nota, a Universidade de São Paulo diz que cumprirá "quaisquer ordens judiciais e que apresentará em juízo todas as informações que explicam e fundamentam o procedimento de heteroidentificação".

CANDIDATOS

Nunes e Tarcísio exoneraram secretários

JULIANO GALISI/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), exoneraram nesta sexta-feira, ocupantes de cargos de chefia, como secretários e diretores, que pretendem concorrer a algum cargo nas eleições de 2024. As saídas ocorrem no último dia do prazo legal para a filiação partidária de quem pretende ser candidato.

No primeiro escalão da capital paulista, cinco mudanças publicadas na edição do Diário Oficial desta sexta tem relação com a eleição, conforme adiantou o Estadão nesta semana. Os secretários Carlos Bezerra Júnior, de

Assistência Social, Aline Torres, de Cultura, e Elza Paulina, de Segurança Urbana, foram exonerados para tentar concorrer a uma cadeira na Câmara Municipal paulistana. Carlos Fernandes, secretário-executivo de Segurança Alimentar, Nutricional e Abastecimento, um dos braços da pasta de Direitos Humanos, também deixou o cargo.

Quanto aos diretores de autarquias públicas, foi publicada a exoneração de Cezar Azevedo, presidente da SP Urbanismo, que quer concorrer a vereador na capital. Também se espera que Alexandre Pereira, diretor-geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, deixe o posto.

UCRÂNIA/RÚSSIA

Brasil não apoia comissão da ONU sobre crimes de guerra

O governo brasileiro se absteve numa votação no Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas e deixou de apoiar um pedido de extensão do prazo de trabalho da comissão de inquérito sobre crimes de guerra na Ucrânia. A comissão havia sido criada em março de 2022, com voto favorável do Brasil, após a invasão do território ucraniano por tropas russas.

O Brasil foi um dos 17 países que se absteram na votação, realizada na quinta-feira passada, em Genebra, na Suíça. A resolução, no entanto, foi aprovada por 27 votos a favor e 3 contra.

Com isso o mandato da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia foi renovado por um novo período de um ano. Em abril de 2023, a comissão de inquérito havia sido postergada por 12 meses - ela seria encerrada caso não recebesse a nova extensão do mandato agora. No ano passado, o Brasil não era parte do conselho e portanto não participou da votação.

Durante a votação nesta quinta-feira, o embaixador Tovar da Silva Nunes, representante per-

manente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, afirmou que os termos da resolução aprovada poderiam impedir o diálogo entre os dois lados na guerra.

Tovar Nunes ponderou que o País manifesta "profunda preocupação" com a situação na Ucrânia, "particularmente com as alegadas violações envolvendo crianças deslocadas e deportadas, ataques a civis e crescentes números de mortes".

"No entanto, permanecemos descontentes com o texto diante de nós a resolução é desequilibrada e coloca o fardo das violações dos direitos humanos apenas em um lado do conflito, não deixando espaço suficiente para o diálogo que poderia criar condições para prevenir violações de direitos humanos e construir uma paz duradoura na região", afirmou o chefe da missão brasileira em Genebra.

"Desde a sua criação em 2002, o Brasil argumentou que a comissão de inquérito não parecia ser o mecanismo adequado para revisar os fatos no terreno. No momento de sua concepção, referências a processos judiciais futuros antecipavam o resultado das in-

vestigações propostas. À luz desses fatos, o Brasil vai se abster nesta resolução."

O embaixador também questionou menções no texto da resolução aprovada a iniciativas jurídicas contra a Rússia, no TPI e na Corte Internacional de Justiça (CIJ), dizendo que poderiam ser "prejudiciais".

A diplomacia de Kiev rebateu o argumento brasileiro de que o conteúdo da proposta fosse tendencioso ou impedisse o diálogo. A representante da Ucrânia disse que o único pedido era que o conselho mantivesse o monitoramento das "atrocidades cometidas pela agressão russa" e que o mecanismo internacional independente verificasse a dor enfrentada diariamente pelo povo ucraniano.

Na mesma resolução aprovada, o CDH da ONU cobrou que o governo Vladimir Putin pare imediatamente violações de direito humanos e abusos contra a lei humanitária internacional na Ucrânia. Exigiu também a retirada rápida, do território ucraniano, das tropas militares invasoras e de grupos mercenários aliados de Moscou. E cobrou que o governo Putin não recruta ilegalmente re-

sidentes do território invadido pelas suas Forças Armadas.

O CDH disse ainda que a Rússia deve parar a deportação forçada e ilegal de civis do território ucraniano. Putin é alvo de um mandato de prisão em aberto, expedido pelo Tribunal Penal Internacional, acusado de transferência forçada de crianças, um crime de guerra.

Em uma discussão paralela, na Comissão de Direito Internacional da ONU, o Brasil se posicionou a favor da imunidade de autoridades governamentais e contra o alcance de ordens de prisão do TPI a países - e a seus representantes - que não integrem o estatuto fundador da corte, como é o caso da Rússia desde 2016. O Itamaraty, no entanto, argumentou que o debate é genérico e não teria implicação no caso da vinda de Putin ao Rio, para o G20.

O governo brasileiro tem objetado tentativas de países aliados da Ucrânia e adversários de Moscou, entre eles os EUA e membros do G-7, de excluir Putin da arena internacional. O Brasil também se opôs a sanções e, em mão contrária, ampliou o comércio com os russos, que atingiu US\$ 11 bilhões no ano passado.

PRESSÃO DOS EUA

Israel demite oficiais após morte de trabalhadores humanitários

As Forças de Defesa de Israel (FDI) afirmaram nesta sexta-feira, que demitiram dois oficiais e reprimiram outros três por seus papéis nos ataques de drones em Gaza que mataram sete trabalhadores humanitários da ONG World Central Kitchen (WCK) em uma missão de entrega de alimentos, dizendo que eles haviam ignorado informações críticas e violado as regras de engajamento do Exército.

As conclusões da investigação de um general reformado sobre as mortes que ocorreram na terça-feira passada, ressaltam um raro pedido de desculpas de Israel, que está sendo pressionado por aliados como os EUA por não fazer o suficiente para proteger os civis em Gaza em meio a guerra com o grupo terrorista Hamas.

O Exército apontou que os resultados da sua investigação foram entregues ao advogado-geral dos militares, que decidirá se os oficiais ou qualquer outra pessoa envolvida nas mortes devem receber mais punições ou ser processados. Um dos demitidos era major e o outro coronel. O oficial mais sênior era chefe do Comando Sul de Israel.

É provável que as conclusões renovem o ceticismo sobre a tomada de decisões dos militares israelenses. Grupos de ajuda humanitária e organizações de direitos humanos acusam as forças israelenses de disparos imprudentes contra civis durante o conflito, uma acusação que Israel nega.

"É uma tragédia", disse o porta-voz das FDI, o contra-almirante Daniel Hagari, aos repórteres. "É um evento sério pelo qual somos responsáveis e não deveríamos ter acontecido e vamos garantir que não aconteça novamente."

"É uma tragédia", disse o porta-voz das FDI, o contra-almirante Daniel Hagari, aos repórteres. "É um evento sério pelo qual somos responsáveis e não deveríamos ter acontecido e vamos garantir que não aconteça novamente."

INVESTIGAÇÃO

As Forças de Defesa de Israel divulgaram nesta sexta-feira os resultados de sua investigação sobre o ataque, apontando que a decisão de realizar um bombardeio aéreo nos carros dos trabalhadores humanitários foi "executada em grave violação" dos procedimentos das FDI. O Exército israelense também afirmou que considera o ocorrido um "erro grave decorrente de uma falha grave devido a uma identificação errada" de que os veículos transportavam terroristas do Hamas.

Várias regras processuais foram quebradas, disse a IDF. Os operadores do drone que estava rastreamento o comboio não foram informados do trajeto dos trabalhadores humanitários.

As FDI não sabiam que esta-

vam atacando os trabalhadores da WCK e estavam convencidas de que tinham como alvo terroristas do Hamas, disse Yoav Har-Even, chefe do mecanismo de apuração e avaliação das FDI.

Embora os veículos da World Central Kitchen estejam marcados com o logotipo e o nome da organização em seus tetos, esse logotipo não era visível para as câmeras que rastream o veículo à noite, disse Har-Even - um fator chave na falha, acrescentou.

As forças israelenses identificaram um homem armado em um dos carros de ajuda durante uma operação para transferir ajuda humanitária do WCK para a Faixa de Gaza e depois identificaram um homem armado adicional, disse o comunicado de sexta-feira.

"Depois que os veículos saíram do armazém onde a ajuda foi descarregada, um dos comandantes presumiu erroneamente que os homens armados estavam localizados dentro dos veículos que os acompanhavam e que eram terroristas do Hamas. As forças não identificaram os veículos em questão como associados à WCK."

Esta decisão de atacar o primeiro veículo foi o resultado da classificação incorreta de um passageiro pela operadora de veículo

aéreo não tripulado, disse Har-Even. O operador do drone continuou a atirar nos carros, um após o outro, quando viu pessoas correndo do primeiro carro que foi atingido.

As FDI apontaram que três regras processuais foram violadas: O plano oficial de coordenação não foi comunicado para todos os oficiais envolvidos na logística da operação, os alvos do ataque aéreo foram confirmados apenas pela visão de um homem armado, o que foi considerado um padrão insuficiente; e o bombardeio continuou de um carro para outro depois que o operador viu pessoas correndo do primeiro carro após o tiro.

A WCK enfatizou que seu comboio estava em coordenação com oficiais militares israelenses e tinha autorização para percorrer a rota. Na quinta-feira, 4, apelou a uma "investigação independente e de terceiros sobre estes ataques, incluindo se foram realizados intencionalmente ou violaram o direito internacional", acrescentando que tal inquérito era "a única forma de determinar a verdade do que aconteceu, garantir a transparência e a responsabilização dos responsáveis e evitar futuros ataques aos trabalhadores humanitários."

NOVA YORK

Terremoto de magnitude 4,8 atinge região metropolitana

Um terremoto abalou a densamente povoada área metropolitana da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, na manhã desta sexta-feira, segundo o Serviço Geológico dos EUA, com moradores relatando que sentiram estrondos na região. De acordo com o serviço, o terremoto pode ter sido sentido por 42 milhões de pessoas.

A agência relatou um terremoto com magnitude preliminar de 4,8, perto da cidade de Líbano, em New Jersey. O Corpo de Bombeiros de Nova York afirmou que não houve relatos iniciais de danos. O prefeito de Nova

York, Eric Adams, foi informado sobre o terremoto, segundo seu porta-voz, Fabien Levy. "Embora não tenhamos nenhum relatório de grandes impactos neste momento, ainda estamos avaliando o impacto".

As escolas públicas da cidade de Nova York não relataram sinais imediatos de danos ou edifícios comprometidos, segundo Nathaniel Styer, um porta-voz. "O lugar mais seguro para os nossos filhos neste momento é nas nossas escolas, as escolas estão funcionando normalmente." O sistema de notificação de emergência da cidade de Nova

York afirmou em uma postagem nas redes sociais, mais de 30 minutos após o terremoto, que não havia relatos de danos ou feridos na cidade.

O porta-voz também pediu para que os nova-iorquinos se prepararem para um tremor secundário, postando nas redes sociais: "Em caso de tremor secundário, caia no chão, cubra a cabeça e o pescoço e proteja-se adicionalmente sob uma peça sólida de mobília, próximo a uma parede interna ou em uma porta".

Embora os terremotos em Nova York sejam uma surpresa,

os especialistas sabem que o solo nem sempre é estável. Um estudo de 2008 descobriu que um terremoto de magnitude 5 ocorria na área aproximadamente uma vez por século. Uma magnitude ainda maior, 7, é estimada uma vez a cada 3.400 anos.

A cidade de Nova York adicionou protocolos de segurança contra terremotos ao seu código de construção em 1995, mas a maioria dos cerca de 1 milhão de edifícios da cidade foram construídos antes disso. Muitos são considerados "vulneráveis" a terremotos, segundo a cidade.

De acordo com uma previsão feita pelo Serviço Geológico dos EUA, existe uma chance de 3% de um grande tremor secundário nos próximos dias, de uma magnitude de até 5,0 e 46% de um tremor de menor escala, que teria uma magnitude de 3,0.